

ATA Nº 38/XIII-2º/2021-25

- 1 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas 21H00, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
- 1 Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 Período de Antes da Ordem do Dia; (continuação);
- 3 Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de Almada sobre "Alteração da minuta do contrato de compra e venda de 111 frações autónomas de estacionamento e 4 frações autónomas afetas a comércio/serviços, sitas na rua Comandante António Feio, 26 e 26 A, em cumprimento do determinado pelo Tribunal de Contas;"
 - 3.2 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de Almada sobre "Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2022".
 - 3.3 Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal de Almada acerca da Atividade Municipal;
- 2 Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal constituída pelo Senhor Presidente Ivan Costa Gonçalves, pelo 1º Secretário Ivo Filipe de Almeida, e pela 2º Secretária Ana Paula Silva.
- 3 Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); João Pedro Guterres Pereira (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

- 4 Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se os seguintes procedimentos:
- 4.1. O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Inês Pezarat Correia Bom (BE), Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.
- 4.1.1. Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luisa Freire Galvão (PS), António Paulo Júnior (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) e Nuno de Avelar Pinheiro (BE):
- 4.1.2 A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Paulo Ricardo Correia Figueiredo; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Eixa dos Santos (PS), e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, José Ricardo Martins (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Ricardo Quintino (PS).
- 4.1.3 Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, não se registaram faltas.



- 4.2 O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Luís Bucho (CDU); da Senhora Vereadora Helena Manuela Azinheira (CDU), e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).
- 5 Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1 Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Munícipes
- "Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Munícipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as Senhores/as Municipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os munícipes que não queiram expor a sua situação de forma pública."

- 5.2 Usaram da palavra os/as Senhores/as Munícipes José Carlos Nunes, Fernando Gheiner, Daniel Arruda, Ana Paula Marques, Maria Manuel Montesino, e Judite Fátima Dias.
- 5.2.1 O Senhor Munícipe José Carlos Nunes:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou José Carlos Nunes, estou aqui na qualidade de Presidente da Direção da Associação de Moradores dos Capuchos e acompanhado pela colega Ana Artilheira, Vice-Presidente da Direção e Fernando Silva Vogal da Direção.

Porque é que estamos aqui? Porque efetivamente, de acordo com as competências da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal tem por objetivo, a salvaguarda dos interesses municipais e a promoção do bem-estar da população. Ora, a Associação de Moradores dos Capuchos, também tem por objetivos a não ocorrência ou manutenção de situações, que efetivamente concorram para a limitação do bem-estar da população. E infelizmente, neste momento ou já há muito tempo que existem um conjunto de situações as quais pela sua antiguidade e pela sua natureza, brigam efetivamente, não apenas com o bem-estar da população, mas também pelos inúmeros de visitantes quer do histórico Convento dos Capuchos, quer do Miradouro Panorâmico. Eu vou referir rapidamente algumas destas situações.

Repavimentação das ruas Lourenço Pires de Távora, rua dos Capuchos e rua da Estrelinha. É uma pena porque a rua Lourenço Pires de Távora dá acesso ao Pavilhão dos Capuchos e ou Miradouro. Há várias situações inconcebíveis, esta situação a estrada está completamente degradada, de tal maneira que alguns motoristas de táxis se recusam a travessar aquela rua e há 3 dias, pessoalmente verifiquei que um autocarro com turista, a meio da estrada mandou sair os turistas porque ele não conseguia com o autocarro continuar a sua circulação. Portanto, o que nós pedimos e andamos a pedir há muito tempo, a repavimentação das ruas e em simultâneo ver a questão das raízes dos pinheiros, dos ramos dos pinheiros, alguns estão com risco de queda. Aliás, recentemente caiu um pinheiro ao pé do Convento dos Capuchos que danificou dois automóveis.

Segunda questão, requalificação do espaço anteriormente ocupado pela antiga Escola Primária dos Capuchos, também o espaço está vedado, ninguém limpa e só limpa depois de muitas insistências nossas e como já não é limpo há muito tempo neste momento está com vegetação selvagem densa, e é um sitio propicio para os cães e os gatos. E acrescentar que é efetivamente, o espaço, nós apresentamos uma proposta viável, mas que é um espaço que está efetivamente no Centro dos Capuchos, rodeado de habitações e, portanto, de pessoas.

Depois outras questões: conclusão dos trabalhos relacionados com a repavimentação já efetuada da Estrada Nacional 10/1, repavimentaram, não fizeram praticamente quase mais nada, neste momento a estrada é uma autentica pista. Nós andamo-nos a bater para que efetivamente introduzam sistemas de controlo de velocidade



e também colocação de adequados abrigos na paragem dos transportes públicos, bem como a informação aos utilizadores sobre horários e percursos.

Outra questão, requalificação do espaço do Miradouro Panorâmico dos Capuchos, não vou dizer nada, as pessoas que visitem o Miradouro e depois se apercebem exatamente do estado em que ele se encontra.

Limpeza com maior assiduidade das ruas e das bermas, as ruas estão carregadas de caruma dos pinheiros, qualquer dia um individuo de carro manda uma beata para ali e acontece efetivamente um incêndio e os correspondentes danos. Aquelas ruas são limpas só quando o rei faz anos.

Modernização e melhoria do sistema dos ecopontos existentes nos Capuchos, a começar por aquele local do ecoponto que está no inicio da Estrada do Robalo. Muitas vezes eu vou lá não consigo colocar o lixo nos ecopontos porque aquilo está cheio, e fica 2 ou 3 dias cheio e, portanto, não há necessidade de fazer a limpeza daquilo com maior assiduidade.

Solução para os animais abandonados que vagueiam pelos Capuchos sobretudo cães em número e em agressividade. E vigilância do estado dos pinheiros."

5.2.2 – O Senhor Munícipe Fernando Gheiner:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço a resposta que foi dada ontem, em relação ao projeto de tornar Almada um Município mais agroecológico e praticando agricultura regenerativa. A resposta falava sobre o banco de terra e agricultura biológica eu queria rapidamente tentar direcionar um pouco essa discussão.

Agricultura biológica era uma resposta numa época em que o mundo falava em sustentabilidade, hoje em dia o mundo fala em regeneração, hoje num programa às 23H15 na RTP sobre a água, que fala com pessoal da terra de Mértola, eu já vi que eles dizem que a previsão de chuva para 2070, 2100, se realizou nos últimos 5 anos, então estamos numa situação que não possamos agir, nós precisamos de fazer alguma coisa. E aí para tentar clarificar melhor porque é que a agricultura biológica não é suficiente, nós na agroecologia pensamos o seguinte: as árvores e a fotossíntese muitas vezes pensamos que são o pulmão do mundo, na verdade são o ar condicionado, porque a fotossíntese ela captura calor, captura carbono, transforma em glicose e partir da glicose as plantas fazem frutas, comidas, tudo o que nós queremos. Portanto, a fotossíntese é um grande processo de ar condicionado, não de pulmão.

E do outro lado, o solo ele é o estomago das árvores, eu conto ao meu filho de 3 anos que as árvores gostam de comer cocó de microrganismos, de bichos pequenos e ele noutro dia disse-me: sabia que nas nossas frutas tem cocó? Não é bem isso, mas é perto disso. Então, o solo ele é o estomago efetivamente. E porque é que a agroecologia é diferente da agricultura biológica? Porque a ideia é nos produzirmos os alimentos onde existem árvores. As arvores produzem biomassa que fazem uma cobertura do solo que dá condição de vida para o microrganismo, retém a humidade e faz essa função de ar condicionado efetivamente. Quando nós temos um solo exposto, o sol bate e erradia de volta e fica muito mais quente, é que nós estamos a vivenciar. Então, a bolsa de terras eu pensei o seguinte: acho que um projeto precisaria de 5 pontos importantes.

O primeiro é uma politica de acesso à terra porque a bolsa da terra é interessante, mas não é suficiente, porque precisaríamos de tentar converter todas as terras que estão na região da Sobreda, da Trafaria, de Pêra, que são muito mais amplas e que estão muito mais expostas, inclusive, do que a região das Terras da Costa que já tem alguma produção, alguma atividade rural. Como é que podemos fazer uma politica? Além da bolsa temos que pensar na parte do corpo que é mais sensível que é o bolso, poderia ter algum incentivo financeiro, uma isenção tributária para quem fizesse uma reconversão para agricultura regenerativa para a agroecologia, ou poderia por outro lado ter uma compensação efetivamente para quem fizesse isso. E mais uma ideia de acesso à terra, seria que nas empresas sem programa de demissão voluntária tem um programa de reconversão voluntária. Quem quiser fazer um contrato de arrendamento de 10, 15, 20 anos para fazer agricultura regenerativa poderia ser bonificado por isso.

Em segundo lugar precisamos de uma politica de produção, que forma queremos produzir? Porque o biológico que existe hoje na grande superfície, é feito naquelas estufas em Espanha que agora estão a ficar abandonadas porque já não há água, só usam recurso, elas não estão devolvendo nada. Quando fazemos agroecologia, a ideia



é plantar água, plantar matéria orgânica, que é carbono no solo, a captura do carbono, é crescer microbiologia, termos uma politica efetiva de produção, implica que as Juntas de Freguesia mesmo a Assembleia poderiam acompanhar se está a haver uma produção mais densa com árvores e isso dá para ver na faturação, porque a média de faturação da superfície utilizada hoje aqui é de oito mil euros, um projeto agricologócico penso que trinta, quarenta, cinquenta mil euros.

Eu acho que se poderia complementar isso com uma politica educacional para sensibilizar as escolas, uma politica de compras públicas porque é fundamental que o Estado passe a comprar esse tipo de agricultura e é uma politica de parecerias estratégicas com a Universidade e Juntas de Freguesia que podem dar essa técnica de acompanhar esse tipo de projeto.

Portanto fica essa sugestão para tornar Almada mais verde e pode ter um retorno financeiro na própria produção, na geração de empregos e um posicionamento estratégico para o Município."

5.2.3 – O Senhor Munícipe Daniel Arruda:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui em representação do Clube Recreativo Sobredense, que é um clube se calhar para muitos desconhecido, um clube centenário do nosso Concelho, que acabou em outubro último, de festejar o seu 111º aniversário, com a presença de muita gente que está aqui nesta sala e o Sobredense é muito mais do que aquilo que as pessoas às vezes pensam.

Conseguimos este ano pela 2ª vez ser o clube com mais atletas federados no Distrito de Setúbal ultrapassando grandes clubes como o Barreirense, Cova da piedade, Piedense, conseguimos manter atividades desde os 8 aos 80 anos e neste momento deparamo-nos com um problema que infelizmente nós não conseguimos resolver. Nós temos um edifício sede que é quase da data da fundação do clube. O edifício sede neste momento está num estado de degradação tal, que chove lá dentro, a sala que era a sala da direção já não pode ser utilizada porque o teto abateu, e nós temos lá atividades. Como eu disse, temos atividades dos 8 aos 80 anos.

Tentamos manter aquele clube vivo, tentamos para além das atividades normais, proporcionar mesmo às pessoas mais Séniors da Freguesia a Sobreda atividades, tentamos manter um grupo de teatro e agora um grupo de teatro infantil vivo. Mas corremos o risco de fechar portas.

Qualquer inspeção de vistoria que vá aquele espaço, fecha-nos a porta de imediato, isto para não falar que se um dia acontecer uma desgraça qualquer, as pessoas estão lá dentro. E isso nós gostaríamos a todo o custo evitar.

É verdade que, ao longo destes últimos 3, 4 anos, muitos espaços têm sido dados e a honestidade tem que ser feita, que o Senhor Vereador do Desporto, que tem estado a pare da situação e temos estado em contacto bastante próximo e acho que já chegamos a alguns pontos de entendimento de soluções possíveis para que o problema seja efetivamente resolvido. Mas como foi dito na última celebração de aniversário do clube, em que foi dito textualmente que está na hora de os clubes andarem de mão estendida a pedinchar. E nós concordamos com isso, que fique claro para todos. O Sobredense não quer um euro, não queremos dinheiro nenhum, que não fique a ideia que o Sobredense veio aqui pedir para lhe ser dado dinheiro. Não. Queremos as condições para podermos fazer esse dinheiro. Neste momento estamos com aquilo que chamamos a pescadinha de rabo na boca, temos necessidade de fundos para fazer obras, mas não podemos fazer iniciativas para ter esse dinheiro porque não conseguimos licenciamentos, então andamos à volta nisto, porque não conseguimos. Nós se quisermos pôr lá uma banda ou fazer um concerto temos um palco, temos uma sala, se quisermos fazer um baile, não o podemos fazer porque o espaço nunca vai ser homologado pelas entidades competentes.

A única coisa que nós viemos aqui pedir e isso queremos deixar aqui bastante claro, que agora que já há bases de entendimento, que já foram postas em cima da mesa diversas soluções, finalmente que se arranque para uma solução que seja do agrado de todos, do Município, do Clube e da própria Freguesia da Sobreda, que não se perca um edifício histórico com mais de 100 anos e que não se perca toda uma história que está por detrás daquele edifício, por trás daquele clube.



O edifício não vai aguentar mais um inverno, já aguentou este não sabemos como, não aguentará outro. A única coisa que pedimos a este executivo é: vamos tentar arranjar soluções para que isto fique definitivamente resolvido."

5.2.4 - A Senhora Munícipe Ana Paula Marques:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou aqui em qualidade de mãe, tenho um filho de 3 anos que está no Centro Paroquial de Cacilhas e neste momento tendo em conta a situação penso que seja do conhecimento de todos, não sabemos em que estado está a situação, se o Centro vai encerrar ou não e eu quero saber quais são as garantias que a Câmara Municipal irá dar às nossas crianças, tendo em conta que eu como cidadã e munícipe de Almada, não me sinto segura porque não temos informação, não temos qualquer garantia em que vão garantir vagas para as nossas crianças e principalmente crianças indefesas que estão a crescer, precisam de alguém com capacidade de os educar, participar no nosso caminho, porque nós educamos em casa mas precisamos da educação das nossas crianças, não sinto que o meu filho tenha essa segurança neste momento. Eu desde que recebemos a informação que possivelmente o centro la fechar, penso que falo por mim e todos os pais, estamos todos em alvoroço, em constante stresse porque temos a nossa vida normal, trabalhamos, temos contas para pagar e neste momento não sabemos se os nossos filhos vão ter vagas. Inscrevemos os nossos filhos em privados, em IPSS's, não há vagas e estamos à espera agora que, por milagre que haja vagas no público, o que nós sabemos que isso não vai acontecer. E quero saber, tendo em conta que, é uma obrigação penso eu, por parte da Câmara Municipal garantir pelo menos vagas para as crianças em idade pré-escolar, o que é que vão fazer? É isso que eu quero saber, e não quero resposta teóricas eu quero mesmo uma garantia, porque nós precisamos de saber. Nós andamos nisto há bastante tempo e não podemos viver neste constante stresse sem saber o que é que vai acontecer amanhã, porque depois vai chegar setembro, nós temos que continuar a trabalhar, porque se nós não trabalharmos ninguém nos vai pagar as contas, ninguém nos vai dar subsídios, não temos dinheiro para estarmos a pagar privados que pedem 300, 400 ou 500 euros, mais alimentação e eu quero saber como mãe, porque o meu filho tem um atraso de desenvolvimento e tem sido acompanhado por estas excelentes profissionais, que têm ajudado bastante o meu filho, eu quero saber quais são as garantias. Eu também não quero uma garantia em que o meu filho vá para uma creche em que existe uma sala de 25 e vai ter 29, e que tem um profissional que não vai conseguir ajudar e acompanhar devidamente o meu filho como todos os filhos de todos os cidadãos almadenses."

5.2.5 - A Senhor Munícipe Maria Manuel Montesinho:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou aqui em representação do Centro Paroquial de Cacilhas, na realidade eu quero esclarecer algumas coisas, porque tenho ouvido várias coisas, toda a gente sabe qual é a situação da instituição.

A instituição ficou sem instalações porque houve uma racha que trouxe uma insegurança ao sitio onde a instituição estava, e, entretanto, a Escola Conde Ferreira, foi a solução apresentada pela Câmara Municipal em conjunto com a Segurança Social obviamente, e penso que também esteve presente o Bispo de Setúbal na altura José Ornelas.

Aliás, para qualquer creche funcionar com é obvio e evidente, a Segurança Social tem que ver se o edifício tem segurança ou se não tem segurança e se pode estar aberto e a Segurança Social fez as suas vistorias em 2019, e considerou que o edifício tinha as condições precárias para o Centro Paroquial de Cacilhas funcionar naquele edifício.

O Centro foi para lá em 2019, relembro que em março de 2020 rebentou o COVID 19 e o comodato que foi feito pela Câmara Municipal pelo prazo de um ano, obviamente que foi renovado e em 2021 foi renovado novamente.

O que acontece é que, em 2022, a Câmara Municipal chama o Centro Paroquial de Cacilhas para informar que nesse ano letivo, 2021-2022, no final de agosto de 2022, as instalações teriam que ser entregues, porque o Centro Paroquial de Cacilhas tinha desistido do PARES. Ora, o Centro Paroquial de Cacilhas desistiu efetivamente do PARES, única desistência do Centro Paroquial de Cacilhas foi efetivamente do PARES, porque o Grupo AFA que está no projeto do Ginjal, ofereceu-se para construir o Centro Paroquial de Cacilhas sem intervenção de



dinheiros públicos e sem o Centro Paroquial de Cacilhas ter que custear fosse o que fosse. Isso foi aceite, o Grupo AFA ainda hoje quer fazer essa construção, acontece que está a correr um processo em Tribunal, por causa dos recursos hídricos e isso atrasou a construção do Centro pelo Grupo AFA. Se tivesse avançado esta construção até teria sido mais rápido do que o tal PARES, porque o PARES era para construir o Centro Paroquial de Cacilhas no Seminário, o que teria levado entre uns cinco anos e com derrapagens talvez uns seis, o que significa que o Centro Paroquial de Cacilhas, com prorrogações provavelmente ainda ali estaria.

Mas, aquilo que eu quero esclarecer acima de tudo e na realidade tem sido muitas vezes mencionado e é verdade, isto é uma relação tripartida, é uma relação tripartida entre a Câmara Municipal, o Centro Paroquial de Cacilhas e a Segurança Social, não há dúvida, mas o Centro Paroquial de Cacilhas quer continuar a sua atividade pelos pais, quer continuar a sua atividade pelo idosos e quer continuar a sua atividade também pelas trabalhadoras, porque os trabalhadores estão entre os 54 e os 64 anos, estão numa idade que se ficarem agora fora do mercado do trabalho, são novos para a reforma e são velhos de mais para o mercado do trabalho. Sendo certo que, o centro Paroquial de Cacilhas pediu à Câmara Municipal, no dia 31 de maio, numa reunião, para poder ficar nas instalações durante mais cinco anos, e como é óbvio a resposta não pode ser dada de caras e foi dito que esse pedido teria que ser formal e teria que ser formal com o apoio, ou com o parecer positivo da Segurança Social. Foi enviado um email no próprio dia para a Segurança Social, a Segurança Social respondeu e marcou uma reunião que foi realizada online no dia 7 de junho de 2023, e a Segurança Social disse ao Centro Paroquial de Cacilhas que ficava muito feliz por não querer fechar e pediu ao Centro Paroquial de Cacilhas que enviasse um email que foi enviado para desistir da cessação dos acordos vigentes. Sendo certo que, também foi pedido pela Segurança Social que fosse enviado um email a pedir uma vistoria e a Segurança Social pediu mais esclarecimentos. Todas estas informações foram enviadas para a Câmara Municipal por email, foi enviado no dia 9 de junho um email para a Câmara Municipal, foram enviados vários emails para a Segurança Social com as obras que o Centro se propõe a fazer, as obras necessárias para que a Segurança Social possa dar aprovação e todas estas informações foram enviadas também para a Câmara Municipal por email no dia 28 de junho de 2023."

5.2.6 - A Senhora Munícipe Judite Fátima Dias:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Judite Dias, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, estou aqui em representação e substituição das trabalhadoras nossas associadas, na sua defesa, pelos seus direitos que a Lei nos confere, confere ao sindicato.

O assunto que me traz aqui é o Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Cacilhas. Fomos contactados pelas trabalhadoras nossas associadas, sobre a situação dramática, situação de incerteza e preocupação que estas trabalhadoras vivem, com a possibilidade do encerramento desta instituição e da perda dos seus postos de trabalho.

Como aqui já foi dito pela Dr.ª Maria Manuel Montesinho, as trabalhadoras são muito novas para entrarem na reforma e também já são idosas para arranjarem novos empregos.

A nossa preocupação prende-se, embora seja uma resposta social que faz falta a esta comunidade, à comunidade de Freguesia de Cacilhas, mas também a resposta social é muito importante para os pais poderem estar sossegados.

Sabemos que existe e foi também dito agora pela Dr.ª Maria Manuel, uma remota possibilidade ou mesmo a possibilidade da continuidade desta resposta social com a renovação dos contratos de comodato das instalações, deste equipamento que é propriedade da Câmara Municipal, por mais cinco anos. O que eu pergunto aqui à Senhora Presidente da Câmara Municipal, é o que é que está previsto para esta instituição, o encerramento ou a continuidade? Isto preocupa-nos muito porque as trabalhadoras nossas associadas, estão nesta incerteza, nesta amargura, sem saberem o que fazer, é desesperante uma pessoa perder o seu posto de trabalho, o único rendimento que têm para fazer face às suas necessidades, e têm famílias, há que ter também em atenção aos trabalhadores, às pessoas, porque são elas que são aqui neste caso do sindicato, a nossa grande preocupação."



5.3 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José António Rocha (BE), João Eduardo Geraldes (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao senhor munícipe José Carlos Nunes, que cumprimento, há muito tempo que não o via, dar nota que já está na plataforma para lançamento todo o projeto de reabilitação daquela zona dos Capuchos, é um projeto especial porque tem de facto, condicionantes técnicas muito diferentes por causa da situação dos pinheiros, não é uma repavimentação normal, é uma repavimentação que vai ter que ser subida, teve que se fazer estudos relativamente à própria saúde e solidez dos pinheiros, acho que todos nós concordamos em não concordar com o abate daqueles pinheiros e que inclui inclusivamente o projeto de reabilitação até ao Miradouro.

Dar nota também, que a questão dos ecopontos é ao nível da AMARSUL, portanto, iremos transmitir e verificar. Tem razão, há várias hipóteses para a utilização da Escola, há uma decisão que tem que ser tomada e teremos que a tomar no mais curto espaço de tempo.

Relativamente ao senhor munícipe Fernando Gheiner, dar nota que, sei muito bem o que é a questão regenerativa, ainda ontem expliquei que o Agroparque é justamente no âmbito de uma agricultura regenerativa.

Tem toda a razão que as árvores são ar condicionado, razão pela qual a Câmara Municipal apresentou e ganhou inclusivamente, um projeto muito importante para baixar a temperatura aqui mesmo nesta praça central e na Praça Gabriel Pedro, na necessidade de criarmos coberturas verdes para baixar a temperatura dado que é o ponto mais quente do Município, mas isso tem que ser alargado.

Dizer que o nosso Plano Diretor Municipal prevê novos espaços para agricultura, que nós gostaríamos muito justamente de ver novos espaços agrícolas e que felizmente em todas as etapas, nós temos parecerias grandes e importantes com Universidades em particular com a grande Universidade que está no nosso Concelho, que é a Faculdade de Ciências e Tecnologia e que aliás, tem uma cadeira de urbanismo em termos de desenvolvimento sustentável, têm sido inexcedíveis todos os anos.

Relativamente ao Clube Recreativo Sobredense e sei bem e conheço bem a situação, como sabem nós temos tido várias hipóteses em cima da mesa, e também sabem qual tem sido a disponibilidade da Câmara Municipal para podermos arranjar uma solução e lamentamos sinceramente, que tenha chegado a este ponto e já ouviram da minha parte a importância daquela sala, já ouviram inclusivamente, penso que até já tiveram proposta para podermos funcionar em pareceria com os Zagallos, espero que muito brevemente tenhamos de facto, um acordo possível para recuperar aquela sala.

Relativamente ao Centro Social e Paroquial de Cacilhas, eu ontem já respondi e Senhora Maria Manuel Montesinho, eu acho que todos nós ouvimos bem e eu só posso responder o mesmo que a Segurança Social, quando diz que a Segurança Social ficou muito contente pelo Centro ter desistido da cessação dos protocolos. E isto tem que ser claro, não foi a Câmara Municipal que vos propôs para deixarem de ser Centro Social e deixarem de ter uma resposta ao nível da infância e da 3ª idade, não foi a Câmara Municipal.

Se diz que recebemos um email a 28 de junho foi ontem. Agora, também fomos claros e eu vou voltar a repetir o que disse ontem, nós não podemos estar a prorrogar prazos se não houver uma garantia da Segurança Social e da DGESTE. Portanto, aquilo que eu disse ontem foi claro. E nesse sentido, respondo tanto aos pais naturalmente, como à Senhora Delegada Sindical, nós partilhamos a mesma preocupação. Agora, não são nossos funcionários. E volto a dizer, isto era uma relação tripartida e que continuamos sem entender, porque é que a certa altura, o Centro Paroquial achou que a Câmara Municipal não devia estar envolvida.

Em relação aos pais, tanto quanto nos é dado saber, por outras entidades, não diretamente, inclusivamente, o Centro Social e Paroquial já estava a estudar outras possibilidades para as crianças. Desde a primeira hora nós estivemos com o Centro Social e Paroquial de Cacilhas. Senhora Dr.ª, eu estou a repetir aquilo que a senhora disse. Agora há uma coisa que a Senhora Dr.ª não disse e que aí há qualquer coisa que me interpela. Os senhores



desistem de uma candidatura porque vai demorar cinco, anos em nome de uma promessa de um grupo que sim e tem esse compromisso, que não têm ainda sequer licenciamento, nem sequer a garantia da titularidade para poderem construir? E também há uma coisa que a senhora Dr.ª omite, é que a Câmara Municipal andou convosco a propor-vos espaços alternativos. Houve um espaço que também foi recusado. Na altura até invocaram os custos da obra e ao mesmo tempo que invocaram o custo da obra, que eram obras pequenas naquele espaço, dizem que querem fazer obras no espaço municipal. Portanto, Senhora Dr.ª, volto a repetir o que disse ontem, o Centro não recusou apenas o PARES, o Centro recusou o PARES e qualquer outra solução e a Câmara Municipal não pode de facto, prorrogar coisa nenhuma, enquanto o Centro não vir com a Segurança Social e com a DGESTE as condições necessárias em que pode continuar, mas não é apenas a permanência naquele espaço, é a própria atividade.

A Câmara Municipal, desde a primeira hora, que se ofereceu e que tem estado a acompanhar todo esse processo.

Para Câmara Municipal poder ter em conta o seu caso e de outros pais, temos que saber exatamente quais são esses casos, têm que se dirigir à Câmara Municipal, têm que dizer quais são as vossas necessidades, para que nós possamos sequer orientar. Vocês não estão sob a alçada do Município, vocês estão numa instituição e que tanto quanto eu sei e quero dar aqui uma palavra, só tenho ouvido boas referências das trabalhadoras desse espaço, por parte dos pais. Mas eu volto a dizer, aquele espaço não é um espaço municipal, é um espaço que tem uma administração autónoma, tem um estatuto autónomo, e a Câmara Municipal não pode interferir na gestão direta do Centro Social e Paroquial de Cacilhas, portanto, nós não podemos saber qual é que é o seu caso, qual é que é caso da senhora ao seu lado, se não temos sequer o pedido nem os dossiers, nem as necessidades que são necessárias. E volto a lamentar que, a Câmara Municipal que sempre acompanhou o processo, quando estávamos na fase de poder arranjar soluções alternativas, fomos afastados e isso foi reconhecido pelo Centro Social e Paroquial e foi-nos dito em reunião pelo Senhor Padre, que a Câmara Municipal nada tinha a ver com esses protocolos entre o Centro Social Paroquial e a Segurança Social. E, portanto, a Câmara Municipal não pode adivinhar quantos casos tem em mãos e quantas crianças têm de ser redirecionadas. A Câmara Municipal está sempre disponível para ajudar, mas para isso é preciso que haja sequer um pedido de ajuda, não podemos adivinhar, minha senhora. Falo com verdade e claramente, não lhe posso falar mais claramente e com mais verdade.

Portanto, há uma decisão do Centro Social e Paroquial, tem que decidir, ou continua ou para, e foi aqui admitido, que quer continuar, ótimo, se quer continuar tem que garantir as condições para continuar, é tão simples quanto isso. Não pode é tomar decisões, afasta a Câmara Municipal, e depois vir para aqui tentar culpar a Câmara por algo, a Câmara foi afastada."

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós apresentamos uma moção ontem, onde recomendamos o prolongamento do prazo por mais um ano na Escola Conde Ferreira. Nós temos ouvido atentamente todas as explicações que a Senhora Presidente nos tem dado, ouvimos as pessoas que aqui intervieram, temos ouvido os pais muito preocupados com esta situação. Ou seja, com a informação de que este Centro Paroquial, esta creche, este centro de idosos irá fechar no mês de junho. Dai, quando avançamos com esta recomendação e pelo que percebemos em todos estes diálogos, nós entendemos que provavelmente é preciso mais tempo para que as coisas sejam resolvidas. Dai nós avançarmos com a recomendação e apelar ao bom senso da Câmara Municipal, para aceitar a nossa recomendação de que pelo menos por mais um ano, o contrato de comodato seja prolongado. Eu penso que isto daria margem aos pais margem para encontrarem alternativas, se isso fosse uma necessidade, e o que nós, independentemente do que a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse, o que nós não podemos nunca permitir, é que estas 30 funcionárias fiquem no desemprego e não podemos abandonar estas famílias, estamos a falar de mais de 70 crianças. Não havendo situação imediata, parece-me todo o bom senso, seria no mínimo aquilo que nós recomendamos, que é, pelo menos, prolongar o contrato de comodato por mais um ano."

5.3.3 - O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



A CDU tem uma intervenção de fundo preparada sobre esta matéria e irá fazê-la no ponto adequado que é o ponto da Atividade Municipal.

No entanto, face aquilo que foi aqui dito pelos diferentes intervenientes que têm diretamente a ver com o problema do Centro Paroquial de Cacilhas, a CDU não pode deixar de lamentar que, o caminho que a Senhora Presidente da Câmara Municipal escolheu para dar resposta às genuínas preocupações que aqui foram trazidas fosse o caminho do conflito. O que a Câmara Municipal aqui tinha que dizer, era: qual é a disponibilidade que têm para resolver o problema do Centro Paroquial de Cacilhas? Isto é que a Senhora Presidente da Câmara Municipal devia aqui dizer. E devia dizer como é que em conjunto, como é que em coletivo vamos construir o caminho que leve à solução deste problema. Mas a Senhora Presidente da Câmara Municipal insiste no conflito. E não é uma prática adequada de quem gere um Município como o Município de Almada."

5.4.4 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é uma matéria que o CDS-PP também já teve conhecimento, e depois de ouvir aqui, quer a Senhora Presidente da Câmara Municipal, quer dos representantes dos pais e da escola, há uma palavra apenas que nós podemos deixar, é que tem que haver entendimento. Portanto, entendam-se. Senhora Presidente eu acho que rir perante esta situação é de muito mau tom e mau gosto e revela muito aquela que tem sido a postura da Senhora Presidente nomeadamente, neste mandato.

Portanto, Senhora Presidente da Câmara Municipal, o CDS-PP vai votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, que solicita mais um ano de comodato e eu não percebo Senhora Presidente qual é a pressa, qual é a situação que leva a que não pode deixar durante mais um ano o Centro funcionar naquele espaço, qual é a pressa?"

5.3.5 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há de facto coisas que eu não entendo, eu estive nas reuniões com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, estive nas reuniões com o Centro Paroquial, estive nas reuniões com os pais, e não entendo porque é que é preciso uma moção do Bloco de Esquerda, uma intervenção do Senhor Deputado Municipal João Geraldes, uma intervenção do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, quando aquilo que foi dito e ninguém me vai desmentir aqui porque eu não estou tola e estive lá, que foi dito ao Centro Paroquial para nos apresentarem essa proposta por escrito, com a devida validação da Segurança Social e da DGESTE, para nós sabermos que vão ser criadas as condições para que a atividade possa ser desenvolvida. Estamos todos a fazer aqui um grande circo, e isso é que eu não suporto em torno disto. Porque os Senhores estão preocupados e eu entendo, tudo o resto ao lado, não é vossa preocupação, é fazer alarido em torno de uma situação que está clara.

Estamos a aguardar uma proposta do Centro Paroquial e Social, em que por escrito nos diga, que quer prolongar o comodato, não é por um ano, por X tempo, e que essa proposta venha validade pela Segurança Social e pela DGESTE, dizendo que há condições para a continuação da atividade. Isto foi dito, e a Senhora Dona Maria Manuel Montesinho não desmente, foi dito na reunião, está a confirmar comigo, que isto foi dito.

Os Senhores estão a aguardar a resposta da Segurança Social e da DGESTE, nós estamos a aguardar a resposta.

É bom que todos nos entendamos, porque o ruido é muito. Tal e qual como a Senhora Dona Maria Manuel Montesinho acabou de confirmar, na reunião que teve comigo e com a Senhora Presidente da Câmara, foi pedido ao Centro Paroquial, que nos entregasse por escrito uma proposta de tempo para prolongamento, não é um ano como está a propor o Senhor Deputado Municipal José Rocha, não foi mencionado o tempo, foi uma proposta de prolongamento de comodato, desde que viesse acompanhada com o parecer da Segurança Social e da DGESTE, de que havia condições para o desenvolvimento da atividade. Eu pergunto se isto não é uma posição clara e se se justificam as intervenções do Senhor Deputado Municipal José Rocha, do Senhor Deputado Municipal João Geraldes e do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco. Eu acho que isto é alarido e não beneficia a ninguém, muito menos aos pais que estão preocupados, aos trabalhadores que estão preocupados e ao Centro Paroquial que obviamente, também deve estar preocupado, porque tem a seu cargo responsabilidades que tem que cumprir. Somos todos adultos nesta matéria."



5.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu, enquanto Deputado Municipal e como representante também na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, é um assunto que tenho acompanhado de muito perto.

Eu percebo perfeitamente a crispação sentida, mas eu não consigo perceber algum tom e alguma falta de respeito como estão a ser tratados os munícipes e fregueses da Junta. O respeito tem que ser mutuo e o tom de voz com que o executivo do PS está a tratar alguns munícipes, não é de todo dignificante para esta casa.

Tirando isto, há alturas que temos de nos esquecer das guerras politicas e pensar na população. As crianças estão primeiro e estamos todos de acordo aqui e não duvido que estejamos todos de acordo, por isso vamos acabar com a crispação, vamos arranjar soluções e soluções duradouras para as crianças de Almada."

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (continuação).

6.1 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS), António Francisco Salgueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldes (CDU) Nuno Alexandre Mendes (BE), José António Rocha (CDU), e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Retomando aquilo que estava a ser a discussão de ontem, do Período de Antes da Ordem do Dia e dos documentos que aqui foram apresentados, vou passar a identificar o sentido de voto do Partido Socialista sobre cada um dos documentos.

Relativamente ao documento do PAN, votaremos favoravelmente.

Em relação aos documentos apresentados pelo CDS-PP, fazer uma pequena nota de referência, já ontem foi feita também pelo Bloco de Esquerda, existem aqui documentos em questões que inclusivamente, já tiveram a aprovação unanime desta Assembleia Municipal, não compreendemos o motivo pelo qual se continuam a trazer assuntos que, por um lado, já estão a ser tratados, por outro lado, já estão em execução, por outro lado já estão a ser estudados, já foram aprovados nesta Assembleia Municipal, é um jogo partidário para o qual nós não iremos contribuir e, portanto, muito sinteticamente, porque há aqui questões diferentes.

Relativamente ao Orçamento Participativo e como aqui julgo que terá já sido dito ontem pela Câmara Municipal, já está a ser desenvolvido, não é um projeto que não exista, é um projeto que o Partido Socialista colocou no seu programa desde a primeira hora, nem é um projeto que o Partido Socialista implementou desde o primeiro mandato, e portanto, por esse motivo e única e exclusivamente por esse motivo, porque achamos que este documento é absolutamente inócuo face à realidade, iremos votar contra.

Relativamente à questão da criação da rampa de acesso às finanças, e daquilo que eu percebo é um acesso no espaço público, daquilo que eu percebo da criação e considerando também que essa é uma preocupação da retirada de obstáculos do espaço público para as pessoas com menos mobilidade, é também uma preocupação da Câmara Municipal, votaremos a favor, ainda que estejamos só aqui a dar um caso que pode estar até inclusivamente, a ser injusto para com outros que podem ser tão ou mais prioritários. Portanto, sendo só uma recomendação, confiamos na boa gestão da Câmara Municipal em fazer esta analise, mas iremos votar a favor.

Quanto à moção de investimento na Costa da Caparica, esta moção é uma moção de mais investimento, o Partido Socialista também desde sempre, defende a Costa da Caparica o ano inteiro e este executivo desde o seu primeiro mandato tem feito um esforço e tem feito um investimento efetivo na Costa da Caparica, como já não era feito há muito tempo. A própria moção refere isso em alguns pontos daquilo que também já tem sido feito em questões que estavam por resolver já há muito tempo e a Câmara Municipal tem tido esse foco, iremos nos abster, somente porque não é propriamente por falta de investimento e esforço da Câmara Municipal, que esta moção aparece aqui, terá outro propósito, o qual desconhecemos.



A criação dos Julgados de Paz, nós vamos votar favoravelmente, mas o que é facto é que isto já foi aprovado por unanimidade aqui nesta Assembleia Municipal e sabemos que a Câmara Municipal está a estudar esta questão e o Senhor Deputado Municipal como sabe, por recomendação da Assembleia Municipal, a qual todos votamos favoravelmente.

Relativamente à saudação da CDU, nós com todo o respeito pela luta dos trabalhadores, isto são documentos que aparecem aqui diversas vezes, estes têm uma particularidade. Para quem não sabe, os Deputados Municipais têm de apresentar os documentos dois dias antes da Assembleia Municipal e dois dias antes do inicio da Assembleia Municipal foi segunda-feira, e todos nós recebemos um documento que refere que a situação em que vivem milhões, levou a que hoje milhares de trabalhadores e centenas de empresas. Portanto, a única coisa que temos aqui a relevar, é o novo domínio de futurologia que a CDU tem, porque na segunda-feira já sabia quantos trabalhadores e empresas iam estar na manifestação que aconteceu na quarta-feira.

Relativamente à questão da saudação do bloqueio da Ponte 25 de Abril, iremos pedir a votação do ponto dois separadamente e votaremos a favor da moção exceto o ponto dois porque os custos da Ponte 25 de Abril não são só da construção, existe também a manutenção que todos nós sabemos que tem sido recorrente.

Tenho só uma recomendação a fazer que vai ao encontro daquilo que uma proposta de alteração, que é colocar aqui na recomendação que, prorrogar o contrato de comodato das instalações desde que seja dada como garantia a assinatura dos protocolos com a Segurança Social e a DGESTE de forma a garantir a sustentabilidade da resposta social. Parece-nos a nós que não adianta que o Centro Paroquial tenha um edifício e que depois não possa dar a resposta quer às crianças, quer aos seus trabalhadores. A primeira garantia que tem que ter é que a resposta vai existir para garantir o normal funcionamento sem qualquer demagogia, propomos esta introdução."

6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Período de Antes da Ordem do Dia em apreciação, informo que o PSD votará a favor da recomendação apresentada pelo PAN e relativa à instalação de bebedouros modernos e inclusivos do Concelho.

No que se refere à proposta do PS, votaremos igualmente a favor, pois, independentemente da justeza ou não das reivindicações apresentadas pelos vários setores da sociedade portuguesa, consideramos que é essencial o direito à manifestação e reunião de todos, mas isso não pode colocar em causa as regras democráticas nem os valores da liberdade.

Relativamente às propostas do CDS-PP, informamos que votaremos a favor dos quatro documentos, mas queremos dar nota de que, o Grupo Municipal do PSD apresentou também uma proposta em abril de 2022, e foi também aprovada por unanimidade, no que se refere à instalação dos Julgados de Paz no Concelho de Almada, e aproveitamos a oportunidade para solicitar à Senhora Presidente da Câmara Municipal, esclarecimentos de como está essa situação.

Votaremos a favor da moção da CDU sobre a valorização do trabalho.

Sobre as moções do Bloco de Esquerda, votarmos a favor, apesar de não nos revermos nalguns dos considerandos, mas solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que no caso da saudação ao bloqueio da Ponte 25 de Abril, em 24 de junho de 1994, se proceda à parte, a votação do ponto nº 1."

6.1.3 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou começar por responder à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço que, se estas propostas têm que vir novamente à Assembleia Municipal, é bem sinónimo da inércia da Câmara Municipal.

E eu recordo que o CDS apresentou relativamente aos Julgados de Paz, já no mandato anterior, esta mesma proposta, e foi dito pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, que estava a resolver com a senhora Ministra da Justiça. E, portanto, chegamos hoje aqui e temos novamente necessidade de apresentar estas mesmas propostas.



Senhora Deputada Municipal, relativamente a Orçamento Participativo, penso que não leu bem a moção, o CDS-PP propõe um aumento de mais 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil euros) aos 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil euros) que a Senhora Presidente dispõe para este orçamento. Portanto, eu acho que faz todo o sentido a aprovação da mesma proposta.

Depois relativamente à rampa, a Senhora Presidente ontem disse que não está na sua competência, mas está na sua competência pugnar para que ela seja realizada, Senhora Presidente, é aquilo que nós aqui apelamos.

Relativamente às moções do Bloco de Esquerda o CDS-PP irá votar favoravelmente, não vamos poder acompanhar, embora percebendo algumas questões que são elencadas, não vamos poder acompanhar a moção da CDU.

De qualquer forma, relativamente à moção apresentada pelo PS, o CDS-PP deixa aqui questões quer ao CHEGA, quer ao PS, e pedia a vossa atenção por favor.

A concentração foi comunicada às entidades competentes? Foi acompanhada pela PSP? Foi garantido o perímetro de segurança para que se evitasse constrangimentos na concentração? Os manifestantes entraram no Largo do Rato vulgo sede do PS? Algum funcionário ou membro do PS foi injuriado, agredido ou sequestrado? Os manifestantes destruíram, subtraíram, usaram da força para se apoderar de algum bem do Partido Socialista? Houve registos de agressões às escaramuças provocadas pelos manifestantes? Algum membro do Partido Socialista foi mantido em sequestro ou impedido de sair ou de entrar na sede do Partido Socialista? Há relatórios das autoridades que confirmem a prática de crimes ou de mais altercações na via pública? Há notas da Comunicação Social que relatam distúrbios ou algum atentado a integridade física ou patrimonial do Partido Socialista? Na concentração foram proferidas palavras de ordem contra o Governo do PS e descontentamento por parte das políticas do Partido Socialista? Qual a norma da Constituição da República Portuguesa ultrajada pela concentração do Partido CHEGA?

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, o CDS-PP sofreu no seu inicio um cerco, um cerco ao Palácio de Cristal, portanto, está muito à vontade pelas forças de esquerda, está muito à vontade aqui para falar nesta matéria. Todos os partidos podem-se manifestar desse que o façam dentro daquelas que são as normas democráticas da Constituição. Aquilo que nos parece aqui é que, se trata de uma vitimização do Partido Socialista, e mais uma vez dando palco ao CHEGA."

6.1.4 - O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para dar o sentido de voto da CDU nos diferentes documentos que estão em discussão.

Votaremos favoravelmente todos os documentos à exceção da proposta do CDS-PP relativa ao Orçamento Participativo em que iremos abstermo-nos.

E, já agora que a CDU foi de uma forma sui generis interpelada diretamente pela Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, relativamente ao conteúdo dos documentos que aqui apresenta, eu gostaria de dizer à Senhora Deputada Municipal que eu pessoalmente, tenho quase a certeza absoluta e tenho a certeza que nós todos nesta sala temos quase a certeza absoluta, que o sol amanhã vai nascer. Ainda não nasceu, mas temos quase a certeza absoluta que ele vai nascer amanhã. Assim estamos nós na CDU relativamente à capacidade de mobilização e à capacidade de intervenção dos sindicatos. E por isso é que temos condições para apresentar os documentos que apresentamos, com o conteúdo que apresentamos."

6.1.5 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para responder à interpelação que o CHEGA recebeu.

Efetivamente, a manifestação do CHEGA foi comunicada atempadamente às entidades competentes, não há qualquer relato de qualquer situação na manifestação do CHEGA e a tentativa de dar palco eu discordo, nós temos que dar palco é à liberdade de expressão que o CHEGA defende neste momento ao contrário do PS."

6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):



"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para ver se ficamos devidamente esclarecidos sobre o porquê de termos avançado com a recomendação do prolongamento do prazo do comodato por mais um ano. Exatamente pelo que estamos a ouvir aqui, desde que sejam dadas garantias tem de haver garantias da Segurança Social, exatamente por isso. Todos nós reconhecemos e temos plena consciência, que estas crianças, estes pais, estas famílias, estes funcionários, é evidente que têm que estar salvaguardados até estar construído o novo espaço. Todos nós temos essa consciência e todos nós concordamos com isso. Exatamente por isso é que avançamos com a recomendação de pedido para prolongar o prazo de comodato para mais um ano, exatamente para que essas coisas pudessem ser resolvidas. Para dar espaço às famílias e ao Centro Paroquial para resolver estas situações. Porque senão vejamos, a escola termina em junho, creio eu, as informações que temos é que o Centro iria fechar em junho, então e estas crianças? E estes funcionários, o que vai acontecer? Ou amanhã sexta-feira vão de repente chegar aqui com garantias e está tudo resolvido? A questão é que tem que haver um espaço de horizonte temporal, para que as pessoas resolvam as situações, exatamente por isso é que nós pedimos o prolongamento do prazo por mais um ano, porque é evidente que o que nós pretendemos e o que toda a gente deveria pretender aqui, é que estes funcionários e estas crianças estejam salvaguardadas até estar construído o novo espaço."

6.1.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma o mais telegráfica possível, quer só dar nota de uma informação que eu ontem esqueci que é relativamente à rampa das finanças, lembrar que já está em curso o projeto da Loja do Cidadão, onde aí será garantida toda a acessibilidade num espaço bonito e renovado, sendo que eu confesso não percebi muito bem, mas tanto quanto me lembro, aquilo tem inclusivamente escadas.

Nós já não sabemos como havemos de explicar isso e a nossa estupefação e eu quero deixar clara aqui alguma indignação, não é com nenhum pai, com nenhum trabalhador, com nenhum idoso, mas é difícil às vezes não sentir alguma indignação, quando aquilo que são as nossas palavras, são pervertidas para proveito próprio. E volto a dizer o mais claramente possível, precisamos de ter a garantia, que o Centro Social e Paroquial de Cacilhas, pode continuar a funcionar onde quer que ele seja. Isso não depende da Câmara Municipal.

A Senhora Maria Manuel Montesinho sabe bem do que é que nós estamos a falar. Eu acho que não preciso de ser mais clara. Não foi a Câmara Municipal que desistiu e que comunicou à Segurança Social, que não queria continuar a atividade.

Portanto, qualquer enviesamento desta verdade, é no mínimo surpreendente. E preferia ficar por aqui.

Portanto, comunicados, mobilização de pais, mobilização de trabalhadores, é para tentar omitir uma decisão que não é do Município. E o Município precisa de saber, se tem sequer uma entidade a quem prorrogar um prazo.

Houve ontem aqui uma afirmação e queria dar uma resposta. A Câmara Municipal de Almada, ainda não teve aprovação de nenhuma candidatura do PRR e eu até agradeço a CDU a ter trazido, só lamento que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço não esteja hoje presente, e é muito fácil de responder, sabem porquê? Porque a Câmara Municipal de Almada foi o pior Município a cumprir o PER e porque o IHRU nos está a pedir, pasme-se, processos de pessoas realojadas, que não estavam na lista inicial e estava a condicionar financiamentos a isso.

Portanto, eu peço que interroguem o Senhor Deputado Municipal José Lourenço que tinha essa competência, neste momento esse problema está ultrapassado, dissemos claramente 50% de execução e nas afirmações do Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, acho que eram trezentas e tal pessoas realojadas, fora do PER, sendo que as que estão no PER muitas vezes ninguém sabe quem foi realojado, expliquem-se."

6.1.7.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU) para um protesto à Mesa, nos termos do nº 1, do artigo 56º do Regimento da Assembleia Municipal.

6.1.7.2 - O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



A Senhora Presidente da Câmara Municipal, tem o uso de lançar atoardas, acusações infundadas, calúnias e difamações. A Senhora Presidente da Câmara Municipal, é aqui desafiada pela CDU, a levar ao sitio próprio as acusações que aqui faz. Porque se não o fizer, será a CDU a fazer, a colocar a Senhora Presidente da Câmara Municipal no sitio certo."

- 6.2 Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:
- 6.2.1 A Recomendação sobre a "Instalação de bebedouros modernos e inclusivos em Almada" foi aprovada por unanimidade.
- 6.2.2 O voto de repúdio sobre "Sim à Liberdade e à Democracia. Não à Intolerância e ao Populismo" foi aprovada por maioria com 35 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 3 votos contra, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, e 1 do eleito do CDS-PP.
- 6.2.3 A Moção sobre "Orçamento Participativo de Almada" foi rejeitado por maioria com 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 10 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito do CDS-PP.
- 6.2.4 A Moção "Pela Criação de uma Rampa de Acesso às Finanças de Almada" foi aprovada por unanimidade.
- 6.2.5 A Moção "Mais e Melhor Investimento na Costa da Caparica" foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; 18 abstenções, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, e 1 da eleita do PAN.
- 6.2.6 A Moção "Criação dos Julgados de Paz em Almada" foi aprovada por unanimidade.
- 6.2.7 A Saudação "Aumentar salários e pensões. Defender, garantir e melhorar direitos. Valorizar o trabalho e os trabalhadores. Combater a exploração" foi rejeitada por maioria com 18 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, e 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA; 18 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN, sendo usado o voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.
- 6.2.8. A Saudação ao "Bloqueio da Ponte 25 de Abril em 24 de junho de 1994" foi votada por partes, tendo-se verificado os seguintes resultados:
- 6.2.8.1 A Saudação foi aprovada por unanimidade, sem os pontos 1 e 2.
- 6.2.8.2 O ponto 1 da Saudação foi aprovado por maioria, com 35 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integra, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito do CDS-PP; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.
- 6.2.8.3 O ponto 2 da Saudação foi aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 2



abstenções da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; e 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integra.

6.2.9 — A Recomendação "Pela salvaguarda dos serviços de creche do Centro Paroquial de Cacilhas" foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integra.

6.2.9.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU) para apresentar uma Declaração de Voto.

6.2.9.2 - O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para uma declaração de voto relativamente a esta última proposta que acabamos de votar.

O Grupo Municipal da CDU votou favoravelmente a recomendação "Pela salvaguarda dos serviços de creche do Centro Paroquial de Cacilhas", proposta pelo Bloco de Esquerda para deliberação desta Assembleia Municipal, por considerar que os serviços prestados à comunidade por aquela Instituição Particular de Solidariedade Social, assumem uma extraordinária relevância, não apenas para os seus utentes direitos e para os seus trabalhadores, mas para os almadenses em geral.

Apoiando por isso a questão essencial que a proposta do Bloco de Esquerda consagra, a CDU não pode, no entanto, deixar de registar, que seria preferível que a recomendação à Câmara Municipal, a sair da Assembleia Municipal, expressasse inequivocamente a necessidade de prolongamento da vigência do contrato de comodato, celebrado entre a Câmara Municipal e o Centro Paroquial de Cacilhas, pelo prazo de tempo estritamente necessário à construção das instalações definitivas para aquele centro. Tanto mais que, como é público a construção das novas instalações não estará terminada nunca, na melhor das hipóteses, antes de quatro ou cinco anos."

Após o início da declaração de voto da Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, o Deputado Municipal Nuno Mendes interrompe não sendo audível a intervenção do Senhor Deputado.

- 7 Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.
- 7.1 Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração da minuta do contrato de compra e venda de 111 frações autónomas de estacionamento e 4 frações autónomas afetas a comércio/serviços sitas na rua Comandante António Feio, 26 e 26 A, em cumprimento do determinado pelo Tribunal de Contas";
- 7.1.1 Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;
- 7.1.1.1 A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta é simples e como sabem, houve a aquisição, tivemos um novo pedido do Tribunal de Contas para clarificação, sendo a mais substancial, no sentido em que o Tribunal de Contas vem agora pedir que na Minuta de Contrato venha referida a rúbrica por onde vai sair a verba.

Há aqui algumas particularidades no âmbito da fiscalização prévia, que vem também pedir cadernetas prediais urbanas, certificados energéticos das frações autónomas a adquirir. Tudo isso pode ser enviado sem passar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, a razão que nos traz aqui é, que como sabem, normalmente as Minutas são remetidas junto da deliberação, junto da proposta, de facto, penso que é a primeira vez que nos pedem essa particularidade, mas nestas matérias, se o Tribunal pede, nós cumprimos.

Portanto, trouxemos de novo à Câmara a Minuta com os dados que o Tribunal pediu, essa Minuta tem que ser validada agora na Assembleia Municipal, portanto, trazemos de novo.



Não tenho muito mais justificações a dar, porque não se discute o que o Tribunal pede. Agora, de facto, não era o habito, mas que seja, que passe a ser e passará a constar das Minutas as rúbricas previstas e inscritas se assim for. Aliás, volto a dizer, em qualquer deliberação que venha na Câmara vem lá o cabimento, vem lá a verba prevista cabimentada, a informação financeira toda, eu confesso que não pensei que devesse constar da Minuta, mas que não seja por isso."

7.1.2 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para uma Interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2, do artigo 51° , do Regimento da Assembleia Municipal.

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, deixe-me lhe dar os parabéns, é a primeira vez que vejo uma interpelação à Mesa ser recusada no momento e passada para segundo plano. É mais um dos pontos que iremos efetivamente abordar."

7.1.2.2 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, quem concede o uso da palavra é a Mesa. Perguntei-lhe qual era a finalidade pela qual queria usar da palavra e já percebi que é para uma interpelação à Mesa.

Os Senhores oradores têm o direito, é um direito regimentalmente estabelecido, de usarem da palavra sem serem interrompidos. O Senhor Deputado Municipal há pouco, e de forma até um pouco grosseira, interrompeu uma oradora e eu até lhe dei razão porque tinha razão no ponto, a senhora oradora não devia estar a falar, foi um erro da Mesa. Isso não lhe dá o direito de interromper os oradores da Assembleia Municipal a todo o momento e quando entende que assim deve ser.

Portanto, este ponto começa com um orador inscrito que ia apresentar este documento, e a partir dai a Mesa dá a palavra ao Senhor Deputado para fazer a interpelação à Mesa. Portanto, pode fazer a sua interpelação à Mesa."

7.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, se alguém ficou ofendido da forma como o CHEGA teve de chamar a atenção da Mesa aquando da violação do Regimento, o CHEGA pede desculpa da forma, mas se não fosse desta forma, teria o Regimento sido violado e a situação seria posterior e não haveria nada a fazer, já estava feito. Foi a única forma de conseguir chamar a atenção do ponto.

Relativamente ao ponto inicial, o CHEGA sinalizou de imediato, antes do inicio dos pontos da Ordem do Dia que tinha uma interpelação à Mesa, é relativo aos próprios pontos a serem apresentados, por isso o CHEGA não tirou a palavra a nenhum orador inscrito, o CHEGA pediu a palavra porque segundo o Regimento, as interpelações à Mesa são tratadas com caracter um bocado excecional em relação ao resto dos pontos, foi por isso que o CHEGA expressou a sua surpresa de a interpelação à Mesa não ser atendida, sobretudo poderia ser relevante um ponto.

Mas eu aproveito o tempo que me deu e vou questionar se vão ser submetidos a votação os dois documentos recebidos a nove horas da realização desta Assembleia Municipal, e os quatro documentos recebidos a vinte e quatro horas que fazem um conjunto de 100 páginas.

Somos da opinião que o ponto 3.2 deve ser retirado, o prazo de entrega dos documentos viola a Lei, que diz expressamente que a documentação tem que ser entregue com um prazo mínimo de quarenta e oito horas do início da Sessão. A Sessão foi dia 28 que se iniciou, não foi dia 29.

Pelo que, solicitamos que seja retirado este ponto e que seja convocada uma Sessão Extraordinária dentro dos prazos legais em vigor, lembramos que é uma Sessão única com duas reuniões e o que diz o Regimento, o que diz a Lei, é Sessão, não diz vários dias.



Esta Assembleia Municipal tem que ser transparente e legal. O anterior Presidente terminou o mandato numa situação total de ilegalidade e de desrespeito na nossa opinião, pelo Regimento desta Assembleia Municipal, não vamos começar já desta forma, mas aparentemente, sim.

Se a documentação for por si aceite, o CHEGA pretende fazer um recurso da decisão para o Plenário com efeitos imediatos.

Muito obrigado Senhor Presidente pela palavra."

7.1.2.4 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, neste momento está em discussão o ponto 3.1, existe algum documento do ponto 3.1? Então vamos avançar com o ponto 3.1 e depois quando essa questão for colocada ela será colocada no ponto certo."

7.1.3 — Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova a alteração da minuta do contrato de compra e venda de 111 frações autónomas de estacionamento e 4 frações autónomas afetas a comércio/serviços sitas na rua Comandante António Feio, 26 e 26 A, em cumprimento do determinado pelo Tribunal de Conta, nos termos da alínea i), nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de junho de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-245-PRR.

- 7.2 Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2022".
- 7.2.1 Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para esclarecimento sobre o prazo da entrega dos documentos em apreciação.
- 7.2.2 A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este ponto 3.2, do Relatório de Gestão e Demonstração Financeira e Orçamentais Consolidadas, foi entregue devidamente a horas após a sua aprovação em reunião de Câmara. Portanto, todo o Relatório de Consolidação assim como os Pareceres do ROC — Revisor Oficial de Contas, que confirmou a sua boa execução, até porque os montantes finais são os corretos, não houve qualquer alteração em termos substanciais. O documento foi entregue à Assembleia Municipal, cumprindo todos os prazos necessários. Após a sua entrega, foi detetado um erro nos quadros da página 19, 20 e 21, um erro que não interfere em nada, tal como vem descrito no parecer, do consultor que nos faz a Consolidação Financeira e tal como o ROC — Revisor Oficial de Contas confirmou. Não interfere em nada com os montantes globais, apenas houve uma inversão de valores na sua caracterização. Ou seja, foi colocado uma verba de apoios correntes no lugar do investimento e o investimento no lugar dos apoios correntes. Como houve apenas uma inversão, o resultado mantem-se o mesmo, mas a análise não é a mesma. Nesse sentido, e volto a referir, os documentos foram entregues a tempo. Após a entrega do documento, foi detetado o erro nestes quadros, de imediato, fomos avisados, enviamos aos Senhores Vereadores a correção dos quadros e em simultâneo aos Senhores Deputados Municipais, com toda a fundamentação, toda a justificação, toda a nova validação do mesmo, para que se pudessem alterar estes três quadros.

Agradeço muito e já o fiz antes desta Sessão, a disponibilidade que os Senhores Vereadores tiveram, para fazermos uma reunião extraordinária de modo a aprovar a correção destes três documentos que são naturalmente inseridos no relatório e que possa ser entregue esta versão consolidada desse relatório, à Assembleia Municipal devidamente validado. E é isso que estamos a votar agora e que os Senhores Deputados Municipais têm à vossa disponibilidade para votar, sim houve uma correção que foi validada.

A partir deste momento, a Câmara Municipal não pode fazer mais do que aquilo que fez que é: assumir o erro destes quadros, justificar o erro, corrigir o erro, dar os pareceres e fornecer aos Senhores Deputados Municipais



uma versão não apenas consolidada, como devidamente validada pela Câmara Municipal que é o órgão competente para validar.

Estamos naturalmente, disponíveis para qualquer esclarecimento adicional."

7.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós percebemos perfeitamente o erro, percebemos perfeitamente a inversão dos dados, mas o facto que fica presente sempre, é que os documentos não foram entregues no prazo legal, os documentos foram submetidos dia 27 de junho, dia 27 para o inicio da Sessão, dia 28 de junho, são vinte e quatro horas, os prazos legais são quarenta e oito horas, cinco dias para este Regimento.

Não é contabilizarmos o primeiro documento, o que estamos a dizer é: envio-vos uma folha em branco dez diz antes, e vocês acrescentavam coisas, não é o mesmo documento. O novo documento que substitui o anterior, não cumpre os prazos legais. Novamente, na segunda Sessão seguinte, e não podemos aceitar esta situação. Os prazos são para cumprir, e como a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida referiu, existe os prazos de dois dias para entregar documentos, a Senhora Deputada Municipal referiu e muito bem, que sabe os prazos regimentais, por isso não podemos aceitar documentação que não cumpra os prazos que o próprio PS defende em pontos anteriores. Nós estamos perfeitamente alinhados com o PS, são dois dias para a entrega de documentos, mínimos legalmente, não foi feito.

Como tal, gueremos que seja colocado para Plenário a aceitação ou não desta documentação."

7.2.4 – Para uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2, do artigo 51º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.2.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero deixar aqui uma nota relativamente a esta questão.

Aquilo que foi a explicação da Senhora Presidente e aquela documentação que nos foi enviada, aquilo que Senhor Deputado Municipal do CHEGA, entende como um erro, o Partido Socialista pode entender e entende como um lapso de escrita. Porque houve um valor que foi alterado por outro, é um lapso de escrita, a Consolidação das Contas, o resultado é exatamente o mesmo, que fique bem claro, que tecnicamente, o outro documento poderia ser votado e seria válido.

Mas há mais uma coisa que eu tenho para dizer, nós nesta Assembleia Municipal, votamos um documento que foi alterado após o prazo de entrega, que acontece muito regularmente com as moções que são entregues. Portanto, se formos rigorosos, temos que ser totalmente rigorosos e a moção que acabamos de votar do Bloco de Esquerda sobre a Ponte 25 de Abril, a sua correção entrou fora de prazo, também não poderá ser considerada. Não é esse o entendimento do Partido Socialista. E volto a dizer aquilo que foi entregue em tempo, pode ser votado por esta Assembleia Municipal, que está legalmente válido, tecnicamente válido. E aquilo que a Câmara Municipal corrigiu era um lapso de escrita e não um erro."

7.2.5 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

7.2.5.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Municipal do CHEGA, Nuno Mendes, a verdade é que a Mesa entende que a alteração que foi aprovada e que foi distribuída de forma condicional aos Senhores/as Deputados/as Municipais, há mais de quarenta e oito horas, nada afeta aquela que é a análise do documento. É verdade que os documentos têm que ser disponibilizados com quarenta e oito horas de antecedência, mas a verdade é que este prazo também foi cumprido e que, entretanto, esta correção foi feita e



há que ter em conta também, aquele que é o bom senso na tomada destas decisões, tal como nesta questão que já foi referida, de algumas moções que possam ser corrigidas e que a Mesa entende que devem ser corrigidas quando tal se verifica.

A verdade é que, a aprovação das contas da Câmara Municipal de Almada, tem que ser remetida ao Tribunal de Contas até ao final do mês, até dia 30 de junho. Portanto, este fator também deve pesar naquela que é a decisão da Mesa relativamente à admissão ou não dos documentos. Neste caso parece-nos que não há dúvidas nenhumas de que, é do interesse público a necessidade de aprovar as contas, prevalece em função aquilo que é ou que seria uma eventual irregularidade no prazo de envio que é também, obviamente discutível. E parece também, à Mesa, que o direito de oposição dos Senhores/as Deputados/as Municipais, não foi colocado em causa tendo em conta que tiveram tempo para aceder a este documento, os tais quarenta e oito horas. Mas ainda assim, isto reflete-se apenas numa questão que não afetava o valor total dos documentos, é uma correção de pormenor e que não implica uma leitura demasiado complexa.

Portanto, tendo em conta esta situação, e tendo em conta aquilo que é o interesse dos almadense e o interesse público, nós entendemos que o documento pode ser admitido e votado, porque não nos parece que possa ser invocado por algum Deputado/a Municipal que esta alteração condicionou a análise que teria que fazer do documento, até porque ele foi distribuído há dois dias, quando foi convocada a reunião da Câmara para fazer essa alteração, reunião de Câmara que já decorreu e que aprovou essa mesma alteração.

Depreendo que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes quer recorrer desta decisão para Plenário, é um direito que lhe assiste. Vamos, portanto, votar este recurso que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes.

7.2.6 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar um requerimento nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2, do artigo 52º do Regimento da Assembleia Municipal, solicitando a retirada da proposta do ponto 3.2 da agenda.

7.2.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez estamos aqui com documentação entregue fora de prazo a violar prazos legais.

A desculpa do interesse público, só serve para desculpar as falhas deste executivo. As Leis são claras e dizem que a documentação tem que ser entregue, documentação final tem que ser entregue quarenta e oito horas antes, não o foi. Temos quatro documentos com noventa e seis páginas para analisar, entregues vinte quatro horas do início da Sessão de ontem, e dois documentos entregues a nove horas do início da Sessão.

Novamente, depois do que se passou na anterior Assembleia, esta violação do Regimento e mais importante, da Lei, não pode ser aceite. O executivo PS ao fim de quase sete anos, não consegue de novo entregar a documentação dentro dos prazos estabelecidos. Este grau de incompetência tem que ser trazido a público.

Eu faço uma sugestão, em vez de usarem o termo "Terra de Todos", se calhar "Erros de Muitos", que é o que se tem passado infelizmente.

Valorizamos que ao contrário da anterior Sessão, os documentos foram entregues formalmente e não às escondidas. Mas, não podemos receber quatro documentos para analisar com noventa e seis páginas, vinte e quatro horas antes do início de uma Sessão e dois documentos há apenas nove horas. Não é legal.

Esta Assembleia Municipal não se pode tornar num proforma sem importância e aceitar esta ilegalidade de aceitação destes documentos.

Este ponto deverá ser retirado e ser convocada uma Sessão Extraordinária dentro dos prazos legais em vigor. Eu alerto para os Senhores/as Deputados/a Municipais aqui presentes, para quando daqui a alguns anos em qualquer situação que surja nos, questionem porque aceitaram documentos ilegais que não cumpriam minimamente as regras e que obviamente não tiveram tempo para ler, que o saibam justificar. Porque o CHEGA vai deixar em Ata e gravado nas Sessões da Assembleia Municipal, que não compactua com estas ilegalidades.



Ficamos mais perplexos ainda, porque é um Deputado da Assembleia da República, agora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almada, que força esta casa a agir de forma ilegal e não transparente com os seus munícipes. Mas do PS já tudo se espera."

7.2.6.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, o Senhor Deputado tem o direito de fazer as intervenções que quer, mas importa corrigir em abono daquilo que é a verdade. Os quatro documentos não foram entregues vinte e quatro horas antes do prazo. Os documentos foram entregues alguns dias antes, aquilo que houve foi uma correção. O Senhor Deputado poderá consultar a Lei e perceberá que não é a mesma coisa. Pode dizer que, os documentos são de uma alta complexidade, mas a complexidade não foi alterada, o documento não teve que ser reanalisado por uma linha ter sido mudada e é isso que está em causa.

Portanto, importa esclarecer também para quem assiste que, os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, conhecem bem o funcionamento desta Assembleia Municipal, mas para todos os que assistem a esta Assembleia Municipal lá em casa, que não estamos a falar da entrega de documentos complexos em cima do prazo ou fora do prazo, estamos a falar de uma correção relativamente a um documento que já tinha sido entregue.

Portanto, posso deixa-lo descansado, não há aqui nenhuma ilegalidade, posso deixa-lo descansado também relativamente aquilo que se passa até na Assembleia da República, quando muitas das propostas, muitas vezes, têm que ser corrigidas, até posteriormente à sua votação, na fixação dos textos finais. Portanto, não existe aqui nenhuma ilegalidade, a Câmara Municipal fez a correção que tinha que fazer, enviou o documento, o Senhor Deputado Municipal levantou o seu protesto, a Mesa decidiu, recorre para Plenário e Senhor Deputado Municipal, expôs os seus argumentos, não vamos prolongar esta discussão.

Relativamente a este ponto a Mesa deliberou que seguiríamos e que os documentos seriam admitidos, o Partido CHEGA interpôs um requerimento e, portanto, temos que votar este requerimento, e se não existir nenhuma oposição vamos colocar à votação o requerimento."

7.2.5 — Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do requerimento, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria com 35 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integra, 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 3 votos a favor sendo, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

7.2.6 — Na continuação da apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.2.6.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aprovados os documentos de prestação de contas individuais, referentes ao exercício de 2022, apresentam-se as contas consolidadas do Município com as entidades detidas ou participadas, dando assim, cumprimento ao estipulado no artigo 75º, da Lei 73/2013, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

O Grupo Autárquico é composto pelo Município, que é a entidade mãe, e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta nomeadamente, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, detenção total pelo Município sendo um serviço municipalizado, a WEMOB - Empresa Municipal de Estacionamento e de Circulação de Almada, que é detida na totalidade também pelo Município, a Agência Municipal de Energia de Almada, a AGENEAL, detida em 72,57% pelo Grupo Municipal, com participação de 46,52% do Município, 25,65% dos SMAS e 0,4% da WEMOB. Inclui ainda a ARRIBATEJO Agência de Desenvolvimento Local, a participação do Município é de 61,73% e a NOVALMADAVELHA, Agência de Desenvolvimento Local com 84,75% da participação do Município.



A Consolidação de Contas incidiu sob a prestação de 2022, com expressão nos balanços individuais seguintes, valores arredondados que passo a ler: Município de Almada 641.613.120,98€ (seiscentos e quarenta e um milhões, seiscentos e treze mil, cento e vinte euros e noventa e oito cêntimos), e aqui estamos a falar naturalmente de todo o valor patrimonial; SMAS 55.678.514,50€ (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e catorze euros e cinquenta cêntimos); WEMOB 1.784.417,80€ (um milhão, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e dezassete euros e oitenta cêntimos); AGENEAL 93.992,15€ (noventa e três mil, novecentos e noventa e dois euros e quinze cêntimos); ARRIBATEJO 650.278,33€ (seiscentos e cinquenta mil, duzentos e setenta e oito euros e trinta e três cêntimos); NOVALMADAVELHA 356.381,56€ (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos).

O balanço consolidado do ano de 2022, totaliza 651.549.347€ (seiscentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e euros), que representa um aumento de 6.900.000.00€ (seis milhões e novecentos mil euros) comparado com o ano anterior, a destacar ativo não corrente 532.000.000.00€ (quinhentos e trinta e dois milhões de euros), um incremento de 935.000.00€ (novecentos e trinta e cinco mil euros), ativo corrente 119.000.000.00€ (cento e dezanove milhões de euros) um aumento significativo de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) o que representa 87% da variação positiva.

Importa também lembrar a transferência de competências que se operou, entretanto.

Património liquido 582.000.000.00€ (quinhentos e oitenta e dois milhões de euros) passivo cerca de 70.000.000.00€ (setenta milhões de euros), um aumento de 2.100.000.00€ (dois milhões e cem mil euros) dos quais 74% corresponde ao passivo corrente.

O aumento do ativo corrente superou largamente o acréscimo do passivo corrente que permitiu melhorar ainda mais a liquidez geral de 324% em 2021 para 327% no exercício de 2022, demonstrando a capacidade de Grupo Municipal de pagar nos prazos adequados os débitos a curto prazo situação também garantida através da cobertura do passivo corrente pelas suas disponibilidades.

Os indicadores de solvabilidade são bastante elevados; o peso de capitais alheios, dívidas de curto e médio e longo prazo no financiamento das atividades, mantem-se na ordem dos 8%, sendo que os indicadores de endividamento não são preocupantes de todo.

O grau da autonomia financeira corresponde a 89% igual ao período anterior.

O património líquido em 2022, são demonstradas alterações ocorridas num total de 4.900.000.00€ (quatro milhões e novecentos mil euros) redução de 546.000.00€ (quinhentos e quarenta e seis mil euros) em diversos elementos patrimoniais, face à posição inicial, a somar com o resultado líquido consolidado de 5.400.000.00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros).

O aumento de gastos de 27.400.000.00€ (vinte e sete milhões e quatrocentos mil euros), comparando com o ano anterior, excedeu a variação positiva de rendimentos 25.400.000.00€ (vinte cinco milhões e quatrocentos mil euros) dos quais as operações financeiras juros e similares, tiveram uma redução de encargos de 57% e uma diminuição de 6% de impostos, relativas à WEMOB e AGENEAL.

O resultado operacional do exercício e estes resultados eu volto a dizer, que é para todo o Grupo, do exercício de 2022, totaliza 5.500.000.00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros) com a redução dos gastos de depreciação e amortização em cerca de 2%.

O resultado líquido do exercício é positivo e corresponde a 5.400.000.00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros).

O desempenho orçamental evidencia cerca de 170.000.000.00€ (cento e setenta milhões de euros) de receita cobrada, no ano de 2022, que corresponde a 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) de aumento comparando com o período homologo anterior e 198.000.000.00€ (cento e noventa e oito milhões de euros) de despesa paga.



A demonstração de fluxos de caixa consolidada, revela 66.400.000.00€ (sessenta e seis milhões e quatrocentos mil euros) em caixa e seus equivalentes no final do período de 2022, que representam um aumento contabilizado em caixa e banco correspondente ao saldo de gerência seguinte.

Assim, a execução orçamental no valor de 63.500.000.00€ (sessenta e três milhões e quinhentos mil euros) e considerando que se encontram concluídos os procedimentos de consolidação, de acordo com os documentos contabilísticos definidos para as entidades do setor público administrativo, conforme estipulado no Regime Financeiro das Autarquias Locais, e das Entidades Intermunicipais, das Normas de Contabilidade Pública, 22 e 26 do SNCAP, propõem-se que a Assembleia Municipal possa aprovar este relatório.

Senhores Deputados Municipais não houve correções relativamente à distribuição das verbas do Grupo, devido aquela variação e, portanto, aqui apresentamos de forma o mais breve possível, este Relatório de Consolidação, naturalmente, estes valores são valores por um lado que refletem como eu disse, a transferência de competências, a uma nova avaliação patrimonial que foi feita também no momento da introdução do SNCAP e não vamos entrar aqui no detalhe das receitas relativas por exemplo, aquilo que são neste momento as previsões de receita inclusivamente com os fundos disponíveis que estamos cumprir, e portanto, não vou entrar nesses detalhes, é uma radiografia da solidez do Grupo Municipal."

7.2.7 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.2.7.1 - O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes da intervenção que temos preparada, gostaria de deixar aqui uma nota relativamente ao facto de estarmos a discutir esta proposta neste momento.

A CDU inviabilizou o requerimento apresentado pelo Partido CHEGA relativamente ao adiamento deste ponto, porque entende que estão reunidas as condições para que o Município discuta um documento que é essencial para a sua vida, porque as opiniões sobre o conteúdo do documento estão consolidadas e, portanto, não há razões de fundo que levam à necessidade de adiamento desta discussão.

No entanto, não podemos deixar de sublinhar aqui um aspeto. Estas situações têm que acabar, isto não é novidade. Esta Assembleia Municipal foi confrontada anteriormente, com situações muito semelhantes e até talvez, de uma gravidade superior, até já aconteceu que os Deputados Municipais receberam documentação que os Senhores Vereadores não conheciam, mas esta situação tem que acabar. E a Câmara Municipal tem que ser capaz de se organizar de modo a cumprir todos os prazos incluindo os prazos razoáveis, que qualquer Deputado Municipal tem que ter para poder apreciar e ler os documentos que muitas vezes são complexos.

Portanto, viabilizamos esta discussão, mas não podíamos deixar de deixar esta nota de que, estas situações não devem repetir-se.

A apresentação desta proposta e sobretudo as circunstâncias que determinaram esta situação absolutamente surreal, da necessidade da realização de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, que antecedeu a reunião em que nos encontramos, este acontecimento aliás, constituirá seguramente, um marco histórico de relevância, quando algum historiador algum dia se dedicar ao estudo desta época no Concelho de Almada, para votar um documento diferente daquele que tínhamos entre mãos para apreciação, por ter sido detetado mais de uma semana e meia depois, da sua aprovação em reunião da Câmara Municipal, um erro técnico na elaboração do documento original, não pode deixar de nos suscitar múltiplas e profundas perplexidades, ainda mais profunda preocupação.

Perplexidade porque, resultado desse erro técnico, ficamos a saber que as contas do Município, pelo menos as contas consolidadas, são elaboradas por uma empresa externa ao Município. Por muito competente que uma empresa externa seja, e lamentavelmente, em relação a esta empresa no concreto, acaba de ser demonstrado que essa competência é no mínimo questionável, não entendemos porque razão a opção é externizar este serviço. Durante 40 anos, nos tais 40 anos que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, tanto gosta de dizer



que nada se fez, as contas do Município eram feitas, sempre feitas, pelos trabalhadores e dirigentes municipais, e sempre com enorme qualidade. Será que esta opção de externalização com os péssimos resultados que se comprovem, se prende com a falta de respeito que esta maioria já revelou em tantas outras ocasiões, pelos trabalhadores do Município? Ou serão outras as razões quiçá menos confessáveis ainda?

Perplexidade também, quando lemos na carta de justificação da empresa adjudicatária deste serviço que, e citamos: "Este erro resultou do facto de termos baseado os nossos mapas de Excel com formulas da NCP 26, (não sei o que significa, mas é seguramente, uma norma técnica,) sem considerar as alterações efetuadas aos mapas de reporte pela DGAL". Ou seja, foram somadas rúbricas que deveriam estar classificadas como despesa de capital em despesa corrente. Como é? Uma empresa profissional, contratada por um trabalho de mais elevada responsabilidade, justifica-se com uma absolutamente inadmissível falta de zelo do trabalho que faz e pelo qual é paga? Como é isto possível? Quanto custou ao Município este erro técnico? Sabemos agora que é de apenas 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) nos honorários cobrados por esta empresa.

Perplexidade ainda, porque lemos também na carta que a empresa dirigiu â Câmara Municipal de Almada, para se justificar que e voltamos a citar: "Salientamos que o Revisou Oficial de Contas emitiu antes desta correção, um parecer favorável à aprovação da prestação de contas consolidada, pelo que estamos convictos de que o erro detetado não é relevante para a aprovação das contas." A dedução final é da responsabilidade da empresa, e até talvez seja justa. Agora, a afirmação produzida relativamente ao Revisor Oficial de Contas, Revisor Oficial de Contas significa que a sua função é rever as contas. Isto é, verificar todas as conformidades e eventuais desconformidades que essas contas contenham, deixa no ar a insinuação, provavelmente até bem mais do que uma simples insinuação, que à confirmada incompetência da empresa a quem a elaboração das contas do Município foi entregue, se soma também a incompetência do ROC que afinal não cumpre o seu papel para o qual é também pago pelo erário municipal.

Em síntese, diremos que se a empresa privada de contabilidade, a que o Município recorreu demonstra ser profundamente incompetente, o ROC contratado pelo Município demonstrou a sua inutilidade.

Entendemos que tendo em conta a dimensão do erro que nos confronta, a cessação das prestações de serviço de um e do outro deviam efetuar-se com efeitos imediatos. Pois a partir de agora, perdeu-se irremediavelmente, a confiança na qualidade do trabalho de uns e na capacidade de revisão das contas de outros. E se no caso da revisão de contas se deverá recorrer a uma outra empresa, porque a Lei a isso obriga, no caso da empresa de contabilidade, nada justifica a externalização deste serviço com agora se diz para não falar de privatização.

Com toda esta incompetência, compreendemos agora com cristalina transparência, as enormes dificuldades que o Senhor Diretor do Departamento Financeiro da Câmara Municipal, revelou quando colocada precisamente a possibilidade de nos encontrarmos perante um erro na reunião da Câmara Municipal, onde esta matéria foi discutida e deliberada, não foi capaz de explicar com clareza e segurança, o que realmente se passava. Mal feito, não foi ele que elaborou os documentos em discussão.

Perplexidade finalmente, quando lemos ainda na carta de justificação daquilo que é injustificável, voltamos a citar para não errar em nada que: "Apesar do erro detetado não ser materialmente relevante, e como tal não dever influenciar a aprovação das contas, reconhecemos que o mesmo poderá ter consequências nas eventuais leituras politicas": Perplexidade sim, porque leituras politicas é exatamente o nosso papel nesta Assembleia Municipal, e não podemos aceitar que alguém que revela tamanha incompetência no exercício da sua profissão e das suas responsabilidades, procure desvalorizar os seus erros, com a estafada conversa de que o exercício da política é um simples atoleiro e nada vale.

Só para concluir, o Grupo Municipal da CDU requer formalmente à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que informe detalhadamente a esta Assembleia Municipal, quanto custou à Câmara Municipal esta incompetente prestação de serviços e há quanto tempo ela existe."

7.2.7.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Senhor Deputado Municipal João Geraldes, eu poderei ir ver quais são os custos e os encargos e até mandar-lhe o contrato. Mas posso lhe dizer com toda a certeza, que esta empresa, não a apelidava de incompetente, muito pelo contrário, a quem de facto, reconheceu o erro, mas foi contratada em 2017 antes das eleições, portanto, o Senhor deve saber por quanto é que contratou na altura. Portanto, remeto a si porque a escolha da empresa foi vossa.

Eu vou voltar a repetir esta empresa foi contratada antes das eleições de 2017 e eu quero agradecer toda a boa colaboração, todo o rigor que sempre demonstrou e toda a franqueza e frontalidade que teve em reconhecer de facto, um lapso de escrita que fez. Portanto, lamento informar que todos os insultos que foram aqui por si pronunciados e que eu considero extremamente injustos, esta empresa não foi por nós escolhida, mas a sua competência, a sua clareza, a sua transparência e a sua dedicação e lealdade, têm vindo a ser demonstradas ao longo desses anos, e por isso a mantivemos."

7.2.8 — Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 1 abstenção da eleito do PAN; 17 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2022, nos precisos termos da deliberação camarária de 29 de junho de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-302-DF.

- 7.3 Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;
- 7.3.1 Para apresentar a Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;
- 7.3.1.1 A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No início deste mandato elegemos dez eixos de intervenção sendo um deles Freguesia de Descentralização e Proximidade.

Esta política de proximidade alicerça-se em medidas que fomentam a justiça e coesão social. Está em curso o processo de transferência de competências do Município de Almada, para as Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia. Assim sendo, foram desenvolvidos vários trabalhos preparatórios, junto dos serviços municiais, nomeadamente, o levantamento dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros, associados a cada competência, bem como a preparação de minutas dos autos de transferência para aprovação pelas diversas entidades, entenda-se, a Câmara Municipal de Almada e os Órgãos das Freguesias.

Foram igualmente realizadas durante este período diversas reuniões entre as várias entidades, bem como visitas com elementos da Câmara Municipal de Almada das Uniões e Junta de Freguesia a vários espaços e equipamentos, para validação conjunta da validação a constar dos autos. Mais recentemente decorreram reuniões com as diferentes estruturas sindicais, para apresentação da solução a implementar ao nível dos recursos humanos.

Com a operacionalização deste processo, as Uniões e Junta de Freguesia, terão naturalmente, competências reforçadas e maior capacidade de atuação no território com mais meios e recursos, o que aliado a uma maior proximidade, permitirá uma melhor execução das competências e consequente melhoria do serviço público prestado às populações.



Este é também um executivo que definiu a sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões como uma prioridade do mandato.

A circularidade da economia local foi um compromisso assumido ainda no mandato anterior, cujo o calendário ficou comprometido no contexto pandémico. Mas que retomamos agora em força.

A construção de um futuro sustentável para a comunidade almadense, é um dos nossos compromissos. Neste sentido, foi apresentado o Plano de Economia Circular no dia 31 de maio. No período de tempo que abrange esta informação municipal, realizaram-se reuniões no âmbito da faz 1, tendo sido envolvidos variados atores internos e externos ao Município, no âmbito de 3 setores: sistema alimentar, ambiente construído e bens de consumo. Prevê-se a conclusão da primeira fase neste verão, nesta primeira fase também mapeamos o que Almada faz, valorizando aquilo que é realizado aqui no nosso território.

E aproveito também, para anunciar que já no próximo sábado, terá lugar no Mercado das Torcatas, a Feira de Economia Circular, iniciativa que pretende dar montra a projetos de empresas locais e regionais, que promovem uma economia mais circular, reduzindo desperdício, tornando residio em matérias primas para novos usos sob o objetivo de um consumo mais sustentável, com menor impacto ambiental.

Terá um programa diversificado ao longo de todo o dia com cerca de trinta e cinco bancas de artesãos, artistas, associações locais e empresas que darão a conhecer os seus produtos, são todos bem-vindos nesta iniciativa.

Sendo Almada um Município que acolhe bem e em segurança os que nos visitam, queremos também dar nota dos trabalhos de preparação para as Jornadas Mundiais da Juventude. Internamente foi criada uma equipa de coordenação que está em estreita articulação com as Forças de Segurança, a Proteção Civil e a Organização das Jornadas. Fez-se um levantamento dos espaços municipais disponíveis e neste momento com o apoio do Movimento Associativo, foi possível fechar uma lista de espaços disponíveis para acolher quem vem no âmbito das Jornadas.

Também as questões da Mobilidade e Segurança, têm estado a serem avaliadas, sendo que o Plano de Mobilidade está fechado e o de Segurança prestes a ser concluído.

Desporto e Juventude, é um eixo estruturante deste executivo e o nosso Concelho é reconhecido pela sua juventude enérgica e participativa.

A Câmara Municipal de Almada prima pelo apoio à realização de eventos que promovam a participação dos cidadãos e divulgação dos estilos de vida saudáveis.

Ainda relativamente à questão da Juventude também já vimos a Assembleia Municipal Jovem, foi uma novidade por nós introduzida e ainda ontem tivemos também o relato e é algo que muito nos orgulha este incitar da participação dos mais jovens.

Relativamente ao desporto, vou destacar algumas das iniciativas como por exemplo, a Prova da Marcha Oceânica que se realizou no dia 1 de abril, uma organização do Grupo Desportivos Unidos do Arco D, com o apoio das Câmara Municipais de Almada, Sesimbra e Seixal, e contou com a participação de trezentos participantes.

Naturalmente não posso não referir a edição do Caparica Surf Fest de 2023, que decorreu de 3 de abril a 8 de abril, e que é uma das etapas do Circuito Surf Series Of World Surf League, e que teve mais uma vez resultados que superaram as expetativas.

Realizou-se ainda, no âmbito da Juventude o encontro associativo jovem em Almada, em pareceria da Divisão de Juventude da Câmara Municipal, com o Instituto Português do Desporto e Juventude e o Centro de Juventude de Lisboa. O encontro teve como propósito reforçar a importância do associativismo como escola de cidadania, de estimulo aos jovens para a participação, intervenção cívica e promoção dos valores democráticos. Fomentar os valores e competências adquiridas na atividade associativa e reconhecer o papel dos e das jovens na sociedade que assumem o compromisso de mudar o mundo à sua volta e das escolas de cidadania, voluntariado e liderança jovem, que são as suas organizações.



Eu quis salientar esta iniciativa porque muito se tem falado do Movimento Associativo. E eu não tenho dúvidas de que é da importância dos jovens neste Movimento Associativo. É fundamental que possamos não apenas estimular os jovens para o Movimento Associativo, como qualificar e são os jovens que irão operar à tal qualificação do Movimento Associativo, que tanto precisa porque são de facto uma geração mais qualificada do país e com uma energia que nós com a idade vamos perdendo aos poucos.

Portanto, quis mesmo fazer aqui esta referência, porque eu acho que é este também o papel da Câmara Municipal, que é criar e é participar em iniciativas para os jovens, mas que vai com uma perspetivas de futuro alargado e que é no fundo, um grande apoio aquilo que muito temos ouvido relativamente ao Movimento Associativo.

Importa dizer que no encontro estiveram presentes cerca de setenta participantes, aqui também vindos de Almada, do Seixal, de Lisboa, de Cascais, de setúbal, de Palmela, Porto e Portimão, e estiveram representadas cerca de vinte e uma associações juvenis e outras entidades.

Neste encontro tiveram lugar diversos debates temáticos como os jovens, a política e a participação democrática dos jovens, associativismo e ambiente, associativismo e desporto e o empreendedorismo social e voluntariado.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, no âmbito do PRR e da aprovação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Almada, foram aprovadas as minutas dos contratos de programa a celebrar com os parceiros e executores, das operações integradas de ação no âmbito daquilo que se denomina comunidades desfavorecidas. E o arranque das ações a nível local, naquela que é a operação integrada da Costa da Caparica com a criação do Agroparque das Terras da Costa e a criação da marca Terras da Costa e do Mar.

Lembrar também a importância destas candidaturas, que têm uma parte de investimento material, mas que também aposta muito fortemente no imaterial, nomeadamente na qualificação das pessoas, na criação de emprego, são de facto, candidaturas muito completas.

Não inserido na operação integrada que eu referi, houve um trabalho também muito importante feito e no âmbito da preparação da nova candidatura ao PRR e do cumprimento da Estratégia Local de Habitação, dos agregados residentes nas Terras do Lelo e Abreu, o que nós chamamos as Terras da Costa. Este novo levantamento que mais não é do que uma confirmação, e inquérito no território identificado, pela equipa da habitação a quem mais uma vez agradeço todo o esforço, do serviço de habitação e realojamento e da Divisão de Gestão da Habitação Municipal, permitiu começar a reunir a documentação necessária para atualização dos dados das pessoas que foram referenciadas em 2015 e posteriormente, em 2020.

Eu quero deixar claro, o Programa de Realojamento que está previsto no âmbito da Estratégia Local de Habitação e sobre o qual incidem as candidaturas ao PRR, até para cumprimento das normas, incidem sobre as pessoas que já foram identificadas em 2015, que foram confirmadas em 2020, e que em 2022 voltamos a confirmar, que é para não nos virem depois dizer, que nós não fazemos, não sabemos e que de repente houve pessoas que nunca foram contactadas. Eu quero ser clara sobre isto e isto está gravado.

Relativamente à caracterização dos agregados, para além dos dados obtidos durante a ação no local, foi remetida primeira notificação às famílias para a entrega de documentos em falta nos prazos indicados. Precisamos da identificação das pessoas para entrega de candidaturas. E volto a apelar, todos os que foram notificados, devem trazer a documentação para que possamos elaborar candidaturas, as pessoas têm sido acompanhadas sistematicamente.

Caros e caras Senhores e Senhoras Deputadas, Abril é Abril e Abril é Almada, como todos nós sabemos o mês de Abril foi o mês das comemorações do dia da liberdade, por aqueles que verdadeiramente defende a liberdade, não é aqueles que evocam a liberdade como ontem ouvimos de forma um bocado bizarra.

Por todo o Município a celebração dos 49 anos do 25 de Abril, contou com um programa alargado, iniciativas culturais, exposições, debates, concertos. Deixem-me só salientar, as músicas de Abril que tiveram um papel fundamental e que foram lembradas pela voz inconfundível daquele que lançou o sinal aos militares, o Paulo de Carvalho e a canção "Depois do Adeus" e que este ano os almadenses tiveram o privilégio de disfrutar do grande concerto "Almada que Floriu". Além de Paulo de Carvalho, tiveram também os artistas convidados como



Carolina Deslandes, Tatanka, Anabela e Irma, que encheram de música a Praça da Liberdade, ao qual se seguiu naturalmente o fogo de artificio e prosseguiu com Nenny, a jovem autora e cantora que deixou uma marca no RAP português e internacional. No dia seguinte, naturalmente, seguiu-se a Sessão Solene, que agora penso que já é um dado adquirido e que muito nos orgulha e estamos penso eu, no sexto ano de celebração, porque de facto, Almada não tinha nenhuma Sessão Solene para celebrar Abril, naquilo que são as instituições democráticas que Abril trouxe.

Seguiram-se naturalmente, o evento preparado em articulação com as Juntas e Uniões de Freguesias e a participação não apenas dos nossos Bombeiros, que é sempre um orgulho, assim como do Movimento Associativo, terminando naturalmente, com a entrega das Estatua de Homenagem ao Movimento das Forças Armadas e lembrando também Os Perseguidos.

Por essa altura também foi bom poder organizar um ciclo de cinema temático, no reabilitado Salão das Carochas, que tem aqui exposições, concertos, filmes, Almada conta em pleno com um novo equipamento cultural.

Eu vou abreviar até para não ocupar demasiado tempo. Queria só muito rapidamente lembrar ainda as celebrações dos trinta anos da Casa da Cerca, com exposições que nos marcaram a todos.

Dar só nota de uma celebração que houve aqui, o Dia Mundial da Língua Portuguesa que foi celebrado a 5 de maio, no Teatro Municipal Joaquim Benite e que foi organizada pelo Ministério da Cultura, pelo Ministério da Educação, pelo Instituto Camões e que contou com a presença do Ricardo Araújo Pereira e o Gregório Duvivier. Sei que houve escolas que lamentaram não poderem estar presentes, mas a sala tem um limite de público e portanto, não foi possível acolher mais escolas do que aquelas que estavam.

Por fim, mesmo para terminar porque eu tenho que abreviar, dar nota de um trabalho muito importante que foi feito neste ultimo tempo, que é no seguimento das intempéries, foi anunciado um estudo geotécnico das nossas arribas e vertentes, a Câmara Municipal de Almada já lançou esse estudo, já está em curso, um deles em particular já está inclusivamente, na fase de projeto preliminar, mas foram onze as zonas já identificadas e que já estão a ser avaliadas. E prevê-se a conclusão deste estudo para o 3º e 4º trimestre deste ano.

Lembrar ainda que, no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, também, mas já foi depois de nós, nós somos sempre um pouco mais rápidos, também é normal, somos só um e eles representam dezoito Municípios, mas aqui haverá também um estudo realizado no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, para a zona do Olho de Boi, sobretudo parte do território que não é nosso, mas que importa prosseguir.

Não podia concluir sem referir embora já esteja fora do âmbito temporal, as recentes celebrações dos 50 Anos da elevação de Almada a Cidade. Dizer que foi com muita emoção que vivemos aqueles dois dias, foi com muita emoção que o fizemos de forma solene, com a atribuição de medalhas, criamos a Comissão de Honra, o meu mais profundo agradecimento a todas as Associações, a todos os Almadenses, que participaram no desfile, porque não há outro sitio para celebrar a sua terra, uma cidade que não seja a rua, não faria sentido fazê-lo em qualquer sala de espetáculo, é na rua que as pessoas celebram o território e naturalmente, com aquele final do concerto extraordinário do Carlão e do fogo de artificio.

A minha palavra como sempre vai para aqueles que tornam tudo o que fazemos possível, os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, dos diferentes serviços, neste momento se me permitem, uma palavrinha especial para aqueles que organizaram as cerimónias dos 50 Anos de elevação de Almada a cidade, porque de facto, foram incansáveis, sejam eles o protocolo, a comunicação, a cultura, mas todos, a limpeza urbana, porque nada existe sem que depois não esteja lá os nossos trabalhadores para assegurar que no dia seguinte a festa ou a vida pode prosseguir. A todos eles o meu profundo obrigado e é um obrigado muito sentido, com muita admiração e emoção."

7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldes (CDU), José António Rocha (BE), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Maria Rita Magalhães (CDU), Maria Amélia Pardal (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), António Francisco Salgueiro (PSD) e Ana Margarida Lourenço (PS).

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):



"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS ouviu atentamente a intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal neste ponto da Ordem de Trabalhos, e mesmo tendo em conta aquilo que o CDS aqui vem falar, a Senhora Presidente falou aqui sobre a juventude e sobre o desporto, enaltecendo aquilo que a Câmara Municipal tem feito. Pois Senhora Presidente, muito bem áquilo que tem sido feito, e o CDS vem aqui relembrar aquilo que não está a ser feito.

O CDS teve acesso, aliás, porque é público, a um comunicado por parte do Clube de Rugby Mustangs, que tem a sua atividade, nomeadamente, a formação de crianças e jovens que muito tem sido aqui apelado por parte da Câmara Municipal, ainda ontem enaltecemos o papel dos jovens nesta Cidade, mas Senhora Presidente, eu acho que este comunicado e eu estou aqui em representação do povo, e daqueles que são os problemas do povo de Almada, ao qual também este Clube tem problemas e são problemas causados pela falta de manutenção do campo de rugby. Eu não sei Senhora Presidente se se tem dirigido, se tem passado pela pista Alberto Chaiça, na Sobreda, e quem passa por lá olha para o espaço e sinceramente deve pensar que aquilo é um espaço para cultivar batatas, mas não Senhora Presidente, é um espaço onde as crianças nomeadamente, a formação do rugby, uma modalidade que tem muitos jovens, e que deve ser também apoiada e não é desta forma Senhora Presidente e eu acho que este comunicado sensibiliza-nos e é um pouco o espelho daquilo que é e daquilo que tem sido o que a senhora Presidente da Câmara disse, a atuação da Câmara Municipal. Não vou ler aqui o comunicado na integra como é evidente, ele é público, mas reafirma-se que os pais, os representantes estão fartos das promessas vãs da Senhora Presidente e da Câmara Municipal de Almada, que prometem, mas falham com a palavra.

Depois, diz também que o campo de rugby está sem manutenção, resultante dai uma total degradação e abandono. Senhora Presidente, eu hoje passei por lá e realmente vi. Eu acho que não é preciso irmos à Sobreda, eu convido a Senhora Presidente quando sair daqui, dirija-se aqui à janela e o relvado está exatamente igual.

Portanto, eu não percebo sinceramente o que é que anda aqui a fazer. E relativamente aos espaços verdes, porque está aqui à frente, basta abrir a janela e ver Senhora Presidente. E nós estamos a falar de crianças e jovens que necessitam condições para poder usufruir da sua formação.

Portanto, serenamente, eu espero que a Senhora Presidente resolva este problema e pergunto há quanto tempo está em falta de manutenção e porquê, isto se a Senhora Presidente souber, e quando tenciona resolver o problema.

Depois, uma questão que é recorrente e que volto a questionar, vai dirigida ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, dos SMAS, e a pergunta é a seguinte: está ou não os SMAS a pensar em concessionar algum serviço a entidades exteriores ao Município de Almada?

Depois o CDS também teve conhecimento de que a Câmara Municipal solicitou um estudo a TIZ, no valor de 50.000.00€ (cinquenta mil euros). Eu recordo aqui para aqueles que não se lembram, a TIZ é aquela entidade que fez o estudo para aquele que foi o desastre da Carris Metropolitana, foi também corresponsável pelo desastre da Carris Metropolitana, pelo trajeto e pelo planeamento, que deixou bastantes almadenses à beira de um ataque de nervos.

Portanto, Senhora Presidente, a questão que coloco é: com que efeito e para que fim é que foi solicitado este estudo, se primeiro se confirma, e este valor de 50.000.00€ (cinquenta mil euros) para a TIZ.

Depois, falou aqui também das Jornadas Mundiais da Juventude que o CDS saúda e eu gostaria de perguntar se a Câmara Municipal tem algum programa especial para as Jornadas Mundiais da Juventude e visto que está incluído um dos monumentos religiosos do país que é o Cristo Rei, se está previsto algum programa especial e nestas Jornadas Mundiais da Juventude e quanto é que a Câmara Municipal de Almada vai gastar e em quê?

Depois para terminar, o CDS também teve conhecimento e estamos apenas a questionar, relembro que como todos sabem neste Concelho existem 3 Corporações de Bombeiros, e aquilo que o CDS teve conhecimento é que numa Escola Básica da Charneca, ao que parece, estavam os Bombeiros de Odivelas a fazer formação. Senhora Presidente, confirma esta situação e a saber qual a razão, pode ter sido uma boa razão, não sei.

Para terminar outra coisa também muito séria Senhora Presidente, a Senhora Presidente falta constantemente à palavra à Liga dos Combatentes e os Antigos Combatentes. Senhora Presidente onde é que está o memorial



de homenagem aos Antigos Combatentes? Qual é o estigma que a Senhora Presidente tem com os antigos Combatentes, porque é que promete, promete desde a proposta que foi aprovada, proposta lançada pelo CDS nesta mesma Assembleia Municipal, e que foi aprovada, a Senhora Presidente promete, promete, mas deixa os Antigos Combatentes também sem resposta e sem memorial, que há muitos memoriais destes um pouco por todo o país, Portanto, não sei se tem algum estigma com os Antigos Combatentes, gostaríamos também, mais uma vez que respondesse a esta questão."

7.3.2.2 - O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, a Senhora tem que começar a informar-se melhor antes de fazer as afirmações que faz. A empresa que falamos na nossa intervenção no ponto passado, foi constituída em 22/12/2021. Esta informação está disponível nos sites rácios e iberinform na internet, não custa nada, é ir lá ver. Informe-se Senhora Presidente antes de fazer as afirmações que faz.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, voltamos à questão do Centro Paroquial de Cacilhas. Lamento ter que o dizer aqui desta forma desabrida, mas aquilo que a Senhora afirmou ontem e já hoje aqui, perante esta Assembleia Municipal, relativamente à situação vivida pelo Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Cacilhas, não cola minimamente que seja, a realidade dos factos, infelizmente. Vamos então ser claros.

Dia 31 de agosto próximo, por teimosia inexplicável da Câmara Municipal de Almada, o Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Cacilhas, a funcionar nas instalações municipais na antiga Escola Básica Conde Ferreira, corre o sério risco de encerrar todas as suas atividades. Quase oitenta crianças e respetivas famílias, perderão o acesso às valências de creche e pré-escolar.

Três dezenas de idosos e as suas famílias, perderão o apoio domiciliar o que lhes permite viver com um pouco mais de dignidade.

Vinte e seis trabalhadores, a maior parte demasiado velhos para encontrar novo emprego e demasiados novos para a reforma, perderão os seus postos de trabalho.

De uma assentada, centenas de pessoas como nós, serão confrontadas com uma tremenda alteração das suas vidas, em quase todos os casos com consequências que se antecipam muitíssimo gravosas, apenas porque a Câmara Municipal de Almada entendeu ainda sem ter explicado porquê, não prolongar o contrato de comodato que assinou com aquela instituição social do Concelho de Almada, contrato que lhe permite utilizar aquelas instalações municipais, para fazer o bem público. Sim, apenas porque a Câmara Municipal quer que assim seja, esta é a verdade. Esta é a realidade com qual estas centenas de pessoas, mas não apenas elas, toda a comunidade almadense, estão neste momento confrontadas.

Por qualquer razão obscura que não conseguimos decifrar, a Câmara Municipal de Almada, decidiu retirar à instituição as condições essenciais para que possa continuar a desempenhar as suas funções de apoio social, funções que para mais, exerce em substituição do Estado, o Estado que a Autarquia integra, mas que não assegura como devia a indispensável resposta às necessidades das populações nesta matéria, como aliás em muitas outras matérias.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, vamos falar sério. A Senhora sabe como nós sabemos, que o Centro Paroquial de Cacilhas tem transmitido insistentemente a sua intenção e a sua vontade, ambas inequívocas, de continuar a exercer a sua atividade e ainda hoje aqui o fez por várias vozes, deixando por terra a alegação que a Senhora Presidente invocou na última reunião da Câmara Municipal, e em outras ocasiões o tem feito também, e ainda ontem nesta Assembleia Municipal e hoje de novo, de que o Centro Paroquial teria desistido das suas responsabilidades, que não estaria interessado em continuar a sua atividade. Está e a Senhora sabe isso perfeitamente.

A Senhora sabe como nós sabemos, que o Centro Paroquial de Cacilhas se disponibilizou a concretizar as necessárias obras de beneficiação das instalações da antiga escola Básica Conde Ferreira, ainda que essas instalações sejam municipais, no sentido de adequar o espaço às condições de segurança essenciais para que o equipamento de infância possa ai continuar a funcionar. Nós sabemos e a Senhora Presidente tem de saber também, que a Segurança Social entidade do Estado que tutela o funcionamento deste tipo de equipamentos,



informou já a instituição de que não tem qualquer intenção de procede ao encerramento de instituições de infância quaisquer que sejam. E mais do que isso, que é com agrado, que esta mesma Segurança Social, recebe a notícia de que o Centro Paroquial de Cacilhas, tudo está a fazer para manter o seu funcionamento regular, e continuar a responder às necessidades dos seus mais de uma centena de utentes diretos.

Por isso, a Senhora sabe, como nós sabemos, que o problema com que o Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Cacilhas se confronta neste momento, é sim, o problema do espaço para o desenvolvimento das suas atividades. Precisamente ao contrário daquilo que a Senhora Presidente aqui afirmou perante todos nós, eleitos municipais, na noite de ontem, e hoje reiterou.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal sabe como nós sabemos, qual a razão que levou o Centro Paroquial de Cacilhas, a desistir de uma candidatura para a construção de um novo espaço aprovada no âmbito do Programa PARES, porque essa razão está muito clara e muito bem explicada no comunicado tornado público pela instituição. O Grupo AFA, responsável pelo plano de execução do Plano de Pormenor do Ginjal, na sua qualidade de proprietário e da grande maioria das instalações existentes naquela área do Concelho de Almada, um grupo empresarial que foi apresentado ao Centro Paroquial pelo Senhor Bispo José Ornelas, com o conhecimento da Câmara Municipal de Almada, se predispôs a construir as instalações do novo Centro sem qualquer custo para a instituição, e sem recurso a dinheiros públicos.

A Senhora Presidente sabe como nós sabemos, que o Grupo AFA mantem a intenção de construir o novo Centro, aguardando apena a conclusão de um processo judicial movida pela Agência Portuguesa do Ambiente, por razões relacionadas com recursos hídricos, processo que corre presentemente no Tribunal Administrativo.

Nós sabemos, e a Senhora Presidente também sabe com certeza absoluta, que mesmo que o processo de candidatura ao PARES tivesse prosseguido, as novas instalações do Centro Paroquial seriam construídas em terrenos do Seminário de Almada, implicando uma obra que nunca estaria concluída antes de quatro ou cinco anos, se tudo corresse bem. Razão pela qual teria de ser mantida a solução provisória na antiga Escola Básica Conde Ferreira e o contrato de comodato vigente nunca terminaria no final do ano letivo 2022-2023.

O que nós não sabemos, mas temos esperança que a Senhora Presidente nos informe, é porque razão ou razões, a Câmara Municipal e a sua Presidente, mostram esta tamanha determinação em fazer encerrar as atividades do Centro Paroquial de Cacilhas, sendo que é a Câmara Municipal quem detém em exclusivo a chaves para abrir as portas que permitam a continuidade de um importantíssimo papel que este Centro Paroquial desempenha na vida comunitária almadense.

O que não sabemos também, e talvez nem a Senhora Presidente seja capaz de antever, é se no próximo dia 31 de agosto, quando quase oitenta crianças e respetivas famílias e trinta idosos e respetivas famílias, ficarem sem chão nos apoios sociais que recebem do Centro Paroquial e quase três dezenas de trabalhadores forem lançados para o desemprego, engrossando o número já trágico deste flagelo em Portugal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, conseguirá dormir em paz e de consciência tranquila."

7.3.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estive a ouvir atentamente a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que já nos vai habituando às intervenções de autoelogio e nem sequer me vou referir a isso, não vale a pena pronunciar-me sobre isso, mas deixar aqui uma nota áquilo que considero uma caraterística da Senhora Presidente, que é o facto de deixar sempre um espaço da sua intervenção para acusações retóricas ainda por cima com acusações completamente infundadas, mas isto já é tão recorrente que já toda a gente se apercebeu que não serve para outra coisas senão para camuflar alguma incompetência, insensibilidade da forma como algumas situações são conduzidas neste Concelho.

Relativamente à Informação que nos é apresentada sobre a Atividade Municipal, deixar aqui algumas notas.

A Senhora Presidente sabe que eu leio sempre minuciosamente e com muito atenção o que vem plasmado neste documento que nos diz qual foi a execução até ao final do mês de maio de 2023.



Comecemos pela página 141, na rúbrica 0201. Como é que o executivo nos explica o porquê de ser tão baixa a execução orçamental da aquisição de bens, estamos a falar de pouco mais de 11%. Digam-nos qual a estratégia para aplicar o excedente orçamental obtido pela poupança assegurada em combustíveis, com um grau de execução de pouco mais de 9% ou a poupança assegurada em alimentação com refeições confecionadas, com um grau de execução pouco acima dos 11%. Portanto, esclareçam-nos sobre os planos que o executivo tem para aplicação do excedente orçamental. Era importante que nos esclarecessem em relação a isto.

O que este documento nos diz na página 142, é que o investimento em encargos com instalações, no final do mês de maio, ou seja, a execução desta rúbrica até ao final do mês de maio foi apenas de 3,16%. Isto diz-nos o quê? Que já podemos falar em sobre orçamentação com os encargos com instalações? Concordará a Senhora Presidente, que seria muito estranho, considerando as manifestas necessidades evidenciadas em múltiplos equipamentos municipais.

Apenas a título de curiosidade, já agora, esclareça-nos como é que até dia 31 de maio o investimento para RSU seja superior a 90% do valor orçamentado.

E vamos à página 143, e esta é uma rúbrica muito importante, falamos de orçamentação, execução no setor da habitação. Como sabemos, Almada é um Concelho muito carenciado neste setor e pelo que constatamos, ao longo destes anos de governação do Partido Socialista, seja por inércia, por incompetência, ou por falta de vontade política, muito pouco ou nada foi feito para resolver os inúmeros problemas no parque habitacional. Senão vejamos, dos cerca de 6.800.000.00€ (seis milhões e oitocentos mil euros) orçamentados para habitação, apenas 5,31% foram investidos. E mais, do milhão de euros previstos para aquisição de imóveis para habitação, até ao dia 31 de maio o investimento foi bola, foi zero. Compromissos assumidos zero, obrigações contraídas zero.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, isto é grave.

Isto é grave e é claramente demonstrativo da incapacidade de quem tem a responsabilidade gerir esta Câmara Municipal. Portanto, a questão que aqui se coloca inevitavelmente, é tão simples quanto isto: de que está o executivo à espera para assumir as suas responsabilidades para responder a necessidades prementes de habitação digna no Concelho? Da mesma forma, queremos explicações sobre o facto da rúbrica de construções diversas, a taxa de execução seja inferior a 7% e de novo as inevitáveis questões, para quando a execução dos compromissos aparentemente assumidos? Ou quais as áreas do Município mais impactadas pela falta de investimento nas infraestruturas?

Mas continuando a análise do documento que nos é apresentado, e olhando para a página 176, o que verificamos é que Almada tem desde há décadas um enorme problema de desigualdade em termos de acesso à habitação. Ou seja, Almada tem há décadas uma lacuna estrutural de oferta de habitação orientada para os tecidos sociais mais frágeis no nosso Município, é uma realidade que nos últimos anos o problema da habitação tem vindo a agravar-se. E um bom exemplo disso, são as mais de três mil e quinhentas famílias marginalizadas por falta de respostas governantes desta Autarquia.

Em Almada, desde o início do ano até ao final do mês de maio, foram investidos na construção e aquisição de habitação social pouco mais de 227.000.00€ (duzentos e vinte e sete mil euros), corresponde a uma taxa de execução de, pasme-se, 6%. No total temos pouco mais de 362.000.00€ (trezentos e sessenta e dois mil euros) aplicados.

Num dos direitos fundamentais, consagrados na Constituição de Abril, o direito à habitação digna, até ao final do ano os valores previstos em sede de orçamento, faltam investir pelo menos cerca de 6.400.000.00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros) em habitação.

O Bloco de Esquerda aqui estará em cada Sessão da Assembleia Municipal, a relembrar os compromissos assumidos, na defesa dos direitos da população almadense e a dar voz aqueles que os Senhores têm tanta dificuldade em ouvir.

E continuando a nossa análise, perante o que está referenciado na página 182, o que perguntamos é: para quando a efetivação de perto de 15.000.000.00€ (quinze milhões de euros) de participação comunitária,



também previstos em sede de orçamento. E cuja importância, é critica para resolver a parte dos desafios da habitação em Almada.

E termino com umas breves notas em relação ao que verificamos na página 183, ao fim dos primeiros cinco meses de 2023, o grau de execução do investimento estrutural e estruturante, no Município não chega sequer a 15%. E este é sem dúvida um mau prenuncio para o que ainda falta fazer até ao final do ano.

Uma taxa de execução que não passa dos 5% em habitação, uma taxa de execução que é apenas de 0% nas transferências de capital para instituições sem fins lucrativos, uma taxa de execução que não passa dos 18% na manutenção, reabilitação e aquisição de edifícios, e, portanto, é isto, traduzido em números os cinco primeiros cinco meses de 2023."

7.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta semana comemoramos o 50º Aniversário da elevação de Almada a Cidade. Gostaria de aproveitar este momento para refletir sobre os desafios que enfrentamos e as oportunidades que estão à nossa frente. Ao longo dos anos foram feitas promessas em relação ao desenvolvimento e à melhoria da nossa infraestrutura urbana, embora tenhamos alcançado alguns avanços, é inegável muito mais há para fazer.

Almada continua limitada pela ponte no acesso a Lisboa, e um transporte público universal e verdadeiramente funcional, continua a ser uma miragem.

A educação e a cultura, são pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade próspera, infelizmente as políticas e os executivos não deram a devida prioridade a essas áreas, existindo ainda zonas do nosso Concelho sem acesso condigno a escolas, pré-escolares e creches. Algumas sem ofertas em Ensino Secundário.

Reconhecemos a importância de investir nessas áreas afim de promover um ambiente propicio à aprendizagem e à criatividade, de forma a que Almada não perca o seu folgo cultural que tantos nomes trouxe ao país.

Relativamente ao ambiente, a necessidade de adotar praticas sustentáveis e proteger os nossos recursos naturais para gerações futuras, tem sido claramente negligenciada, como se viu claramente, nas propostas apresentadas pelo CHEGA e recusadas na Assembleia Municipal pelo PS.

Lembramos que a nossa visão política é baseada na defesa de liberdade individual e no estímulo ao empreendedorismo. Valores que acreditamos serem fundamentais para impulsionar o progresso, algo muito negligenciado nos últimos cinquenta anos. É necessário criar um ambiente favorável aos negócios, estimular o empreendedorismo e atrair investimentos para a nossa Região.

Não podemos perder os próximos anos, temos de fazer valer as necessidades da população de Almada, investir nas infraestruturas necessárias para dinamizar o nosso Concelho, investir em transportes coletivos, no ensino, na saúde, melhorar o ambiente e criar condições para que Almada não perca mais cinquenta anos de oportunidades.

Almada não poderá ser a Cidade de oportunidades perdidas.

Senhor Presidente, queríamos aproveitar para colocar algumas questões relativas a assuntos que consideramos relevantes.

Senhora Presidente, o que nos pode dizer para quando um projeto estrutural para tirar as nossas crianças dos contentores nas escolas? Não basta falar no assunto em campanha eleitoral, queremos saber que medidas estão a ser equacionadas e para quando?

Tendo chegado algumas questões de moradores na Charneca de Caparica, onde está a ser substituído o caixote de lixo coletivo, por caixotes individuais com recolha a dia fixo durante a semana. Uma vez que grande parte da zona é de veraneio, com utilização mais intensiva no fim de semana, como é expectável que estes utilizadores tratem do lixo?



Ainda relativamente à Charneca de Caparica, vemos alguma poupa e circunstância quando falam das obras da Avenida do Mar, algo que relevamos. Mas, e as restantes Avenidas da Charneca de Caparica, com por exemplo, a Avenida de Vale Bem que serve a Escola Básica de Louro Artur, que está num terrível estado de conservação e é a única do Concelho com a aberração de obrigar os utentes a irem para a faixa da esquerda quando querem virar à direita?

Senhora Presidente, já correram diversos acidentes nesta Avenida, para quando uma real intervenção e colocação de rotundas na mesma?

Senhora Presidente, já equacionou efetuar um estudo de trânsito para a EN10 e as Barrocas? O número de acidentes multiplica-se naquele eixo desde a implementação da atual solução, o que não é de todo satisfatória?

No Funchalinho temos ainda o caso caricato de termos postos de eletricidade no meio da rua, o que é um perigo por si só.

Senhora Presidente, o número assustador e o impacto das ruturas de rede de água, no nosso Concelho nos últimos tempos, não faz crer que é necessário reforçar a intervenção e acelerar as obras? Usando uma expressão popular "o executivo tem que dar a corda aos sapatos" e recuperar o atraso nas obras da rede, ou estas ruturas vão se tornar cada vez mais frequentes.

Relativamente ao relatório dos SMAS, permita-me questionar o porquê no quadro 35 referente aos serviços de fiscalização regulamentar, no mês de abril foram detetadas cinquenta e duas ligações diretas, mas no mês de março só havia sido detetada uma. Quer isto dizer que finalmente os fiscais saíram à rua? O que é que acontece no restante período?

Questionamos ainda o porquê das cinquenta e três ligações diretas detetada apenas foram resolvidas dezassete."

7.3.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo ao Senhor Deputado Municipal João Geraldes, eu confesso que fico sempre perplexa com as intervenções.

As empresas são pessoas e o consultor que o Senhor Deputado Municipal tanto humilhou, e que foi contratado pela Câmara Municipal em 2017, está aqui hoje connosco. E, portanto, teve o gosto não só de o ouvir dizer os impropérios que disse sobre a sua competência, como teve o gosto de ouvir negar a contratação que os próprios Senhores fizeram em 2017.

Portanto, eu apelava ao Senhor Deputado Municipal João Geraldes, até pelas competências que teve até final de 2017, pelo menos quando me vem dar lições a dizer que eu tenho que me informar, eu devolvo-lhe isso e não só informar como ter em atenção às atitudes e às palavras que profere para me atacar e que naturalmente, acabam por atacar terceiros. Eu sei que é especialidade do PCP, proclamar grandes princípios de defesa de trabalhadores e depois de não lhes pagar a Segurança Social. Eu sei que o grande hábito do PCP de defender princípios que depois não pratica e não exerce na prática, mas há um limite Senhor Deputado João Geraldes, para continuar sistematicamente, a vir pretender dar grandes lições de rigor e transparência e não ter sequer atenção a quem ofende a pronunciar essas palavras. As suas a mim já não me ofendem, mas ao menos penso que pode haver terceiras pessoas que até estão aqui na sala e que acabaram de ver a sua existência ignorada por si.

Portanto, a falsidade que acabou de dizer, aplica-se também ao Centro Social e Paroquial de Cacilhas, eu não vou reabrir o assunto. O Senhor Deputado Municipal diz que eu sei e que estou farta de saber, uma coisa eu garanto que sei, é que o Senhor Deputado Municipal não sabe e não quer saber, porque se soubesse já não podia utilizar as pessoas, induzi-las em erro e manipula-las a seu bom prazer.

E, portanto, se há coisa que o Senhor Deputado Municipal nunca quis, foi saber de facto a realidade.

Eu gosto de o ver citar o Bispo D. José Ornelas e o Grupo AFAVIAS. A antecipação da obra foi combinada comigo e o D. José Ornelas, que fomos falar justamente com o Grupo AFAVIAS para tentar convence-los a adiantar o



investimento ainda antes de conseguirmos fazer o contrato de urbanização. E, portanto, Senhor Deputado Municipal, não, não sabe, e não quer saber porque não lhe dá jeito saber. Portanto, pare de iludir as pessoas, pare de ofender as pessoas, pare de humilhar as pessoas e seja uma vez na vida responsável e fale com clareza e transparência. As pessoas não mais instrumentos do PCP e da CDU para fins políticos."

7.3.2.6 - A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de ler a intervenção que me traz aqui, eu quero colocar a seguinte questão: a Senhora Presidente acaba de achincalhar o PCP. O PCP é um partido político que preza, que faz, e o que diz e cumpre. E a Senhora Presidente terá que, efetivamente, provar que o PCP por exemplo, não paga a Segurança Social aos seus funcionários.

Portanto, Senhora Presidente, fica nas suas mãos de facto, provar isto. Como há pouco dissemos, a Senhora Presidente tem reiteradamente, feito aqui acusações à CDU, ao PCP. Cabe à Senhora Presidente prova-las, senão teremos nós que agir em conformidade como já aqui hoje foi dito, porque é inadmissível, que no combate político, se façam acusações desta forma.

A obra realizada pelo atual executivo na Freguesia de Cacilhas, numa das entradas da Cidade de Almada, foi inaugurada pela Senhora Presidente e está assinalada com uma placa. Ora, acontece que, o Largo renomeado pelo atual executivo como Largo de Cacilhas, tem o nome consagrado pela toponímia do Concelho como Largo Alfredo Dinis Alex, conforme está na memória dos antifascistas, dos cacilhenses e em placa à saída dos barcos da Transtejo. Mais, efetuando uma pesquisa pelos códigos postais de Cacilhas, apenas existem dois Largos, o Largo dos Bombeiros Voluntários e o Largo Alfredo Dinis Alex.

Quem foi este homem? Operário metalúrgico dos Estaleiro H. Parry & Son, situados em Cacilhas, Largo a que lhe foi atribuído o seu nome, iniciou a sua atividade política e partidária, contra o governo fascista em 1936, como membro da Juventude Comunistas, sendo igualmente pertencido ao Socorro Vermelho Internacional.

Alfredo Dinis, participou ativamente na organização das greves de novembro de 1942, na Margem Sul do Tejo, de julho e agosto de 1943, e de 8 e 9 de maio de 1944, e nas manifestações da vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial.

Foi assassinado pela brigada do inspetor da PIDE José Gonçalves, a 4 de julho de 1945, na próxima semana será celebrada esta efeméride, na estrada de Bucelas, no Concelho de Loures, quando se dirigia para uma reunião clandestina com Joaquim Campino e António Dias Lourenço.

Este foi um dos muitos homens, que pagou com a sua própria vida, para que hoje pudéssemos estar aqui em liberdade e democracia.

Ao executivo PS/PSD, da Câmara Municipal de Almada, exige-se o respeito por este homem. Exige-se que a placa seja substituída e nela seja gravado o nome de Alfredo Dinis Alex, em vez de Largo de Cacilhas.

O branqueamento da história é inadmissível, mais, sendo feito por um partido que se afirma socialista, democrata e pluralista."

7.3.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Amélia de Jesus Pardal (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada 50 anos de Cidade mereciam outras comemorações.

Comemorar 50 anos de Cidade deveria ser reforçar a memória, fazer história, afirmar o presente, construir o futuro.

Comemorar 50 anos da Cidade é homenagear quem a construiu e constrói, em cada momento, em cada área, em cada lugar.

Comemorar 50 anos desta Cidade, é comemorar a luta e a resistência contra o fascismo e pela liberdade e afirma-lo sem dúvidas e sem hesitações, hoje mais do que nunca.



Comemorar 50 ano de Almada é homenagear os que merecem e foram homenageados, mas sem apagar da história de Almada e destas cinco décadas, todas as mulheres e homens que construíram esta Cidade desde o saneamento básico levando a água à casa das pessoas, às escolas, bibliotecas, museus, auditórios, teatros, espaço público. Afinal, 50 anos onde se fizeram muitas coisas ao contrário do que se diz.

Que foram capazes em contextos muito difíceis de construir cidade, com as populações e com o seu envolvimento ativo e a sua participação criadora.

A luta pela liberdade e a história da construção da Cidade, não estiveram do nosso ponto de vista, adequadamente presentes nestas comemorações. É obrigatório uma palavra de homenagem, reconhecimento, agradecimento e respeito, por todas e todos aqueles que nos trouxeram aqui e que nos permitem estar hoje aqui em liberdade a todos, em democracia a dizer o que pensamos, o que fomos, o que somos e o que queremos ser no futuro.

Falta comemorar aqueles e aquelas que tiveram a capacidade, a coragem, a ousadia de ir mais longe, de arriscar de fazer e de envolver as populações e estimular a sua real e efetiva participação, na construção da sua, da nossa Cidade.

Comemorar 50 anos de Almada, é muito mais do que fazer um cortejo nas avenidas, que podia ter sido outra coisa, podia ter sido muito mais, muito mais envolvimento, muito mais participação, mais festa, mais alegria, mais homenagem. Todas e todos podiam ter feito parte deste momento. Tivesse havido a tempo a decisão, a vontade e a capacidade de envolvimento real da Cidade e das suas gentes em toda a sua diversidade.

A participação dos cidadãos, não se compra à peça e com chave na mão, existe trabalho, proximidade, participação efetiva na construção e na realização dos momentos e dos projetos. Foi pena não se ter ido mais longe e não se ter efetivamente tido a capacidade de trazer Almada para as avenidas. Almada nas suas diversidades.

Bonito e festivo, foi sim, o momento em Cacilhas, envolvendo as pessoas e os artistas, os almadenses gostam, produzem, criam e usufruem da cultura. Diríamos mesmo que respiram cultura há muitos anos, muito mais de 50 anos, gostam do que vem de fora e gostam também muito de estar com aqueles que cá nasceram e são hoje artistas do país e do mundo.

E assim, se fez a festa em Cacilhas. Continuemos a comemorar os 50 anos da Cidade, agora, que se preparam as comemorações dos 50 anos da revolução de Abril, comemoremos a memória para que não se apague e celebremos o presente e o futuro de liberdade, justiça social, igualdade e solidariedade que defendemos e pelo qual lutamos todos os dias.

Viva Almada."

7.3.2.8 - Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2, do artigo 51º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.3.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes da minha intervenção, gostaria de interpelar a Mesa uma vez que já é meia noite e meia, estamos no limite, já terminámos o tempo da Sessão, ainda há mais Deputados Municipais que gostariam de intervir, se faço ou não minha intervenção ou se terminamos."

7.3.2.9 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal, é de facto, uma questão pertinente.

À Mesa parece-nos o seguinte: nós não temos nenhuma proposta para votar. Ou seja, o que estamos a fazer é a discussão relativamente à informação da Senhora Presidente sobre a Atividade Municipal e faltam alguns minutos para esgotarmos os tempos. Há aqui um ponto também importante que é, os munícipes que



acompanharam esta reunião até agora, que merecem o nosso respeito, os funcionários da Câmara Municipal que também acompanharam esta reunião até agora.

Da parte da Mesa nós podemos continuar esta discussão, até porque continuar o ponto para uma próxima reunião, temos que convocar uma nova Sessão Extraordinária, apenas para esgotar um ponto que não tem nenhuma votação. Portanto, pela nossa parte, entendemos que podemos esgotar este ponto e fechar a discussão. Mas claro que aqui os Senhores Deputados Municipais têm uma palavra a dizer."

7.3.2.10 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente cumpra-se o regimento por favor."

7.3.2.11 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, o Regimento aquilo que refere é que a Assembleia Municipal reúne preferencialmente até à 00H30, e que é à Mesa que cabe abrir e encerrar os trabalhos, ainda assim a Mesa é sensível aquilo que são as opiniões dos Senhores Deputados Municipais, sendo que a Mesa tem a opinião que nós devemos fechar este ponto, até pelo bom uso dos recursos públicos, pelos funcionários, pelos munícipes como já tive a oportunidade de referir."

7.3.2.12 - O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, para comungar da opinião do Senhor Presidente e a CDU entende que os trabalhos devem ser encerrados, não tem sentido vir a uma nova reunião só para acabar um ponto que não tem qualquer votação e falta pouco tempo para cada força política intervir."

7.3.2.13 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, a CDU pediu para nos informar sobre os tempos restantes e de facto, há muito tempo para as intervenções e o Bloco de Esquerda partilha da opinião de que o Regimento deve ser cumprido, neste caso encerrarmos a Sessão e marcarmos nova Sessão."

7.3.2.14 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que nestas questões temos que ser sensíveis àquilo que é uma opinião que não sendo maioritária, não fará sentido também que criemos um caso com este ponto. Portanto, se há Deputados Municipais que preferem que a discussão não se termine, não terminaremos e damos como encerrada a Sessão."

7.3.3 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), para apresentar um requerimento nos termos da alínea e), do nº 1, do artigo 47º, do Regimento da Assembleia Municipal:

7.3.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu apelaria efetivamente, ao bom senso, que eu acho que é uma coisa que deveria imperar sempre e hoje especificamente estamos todos muito intolerantes para qualquer coisa. Esta posição de alguns Deputados Municipais, que aqui estão a ter, irá prejudicar o tempo de descanso de muita gente, porque não basta chegar aqui e vir cumprimentar trabalhadores e todos os trabalhadores da Autarquia, é preciso perceber que estas sua atitudes e essa sua intolerância, irá obrigar a que trabalhadores percam mais uma noite em poderiam estar em família e não estarão. E voltarei a dizer isto o tempo que for necessário.

Portanto, aquilo que eu apelaria era o bom senso dentro de tudo, e falo com o à vontade do Grupo Municipal que ainda mais tempo tem para esgotar, mas que também nisso irá usá-lo com o bom senso necessário, se assim houver o acordo entre todos e mais uma vez volto a apelar a esse bom senso."



7.3.3.2 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal, posso interpretar que este foi um requerimento dos eleitos do Partido Socialista para que a Sessão seja terminada?

Então votaremos o requerimento proposto à Mesa por parte do Grupo de eleitos do Partido Socialista."

7.3.3.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos a votar exatamente o quê?

7.3.3.4 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi formulado um requerimento oral por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, para que hoje seja esgotada a agenda, para que a Sessão continue por estes minutos que faltam e que nós possamos terminar a Sessão Ordinária de junho hoje.

7.3.3.5 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no n^{o} 2, do artigo 51^{o} , do Regimento da Assembleia Municipal.

7.3.3.6 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, da parte do CDS-PP, estaria disponível a vir cá novamente ou até terminar hoje. Mas há aqui um ponto que tem que ficar assente Senhor Presidente. As normas do Regimento são para cumprir e não é para ficarem ao sabor e com todo o respeito que eu tenho pelo Senhor Presidente, ficarem ao sabor daquilo que o Senhor Presidente acha, ou aquilo que entende.

Senhor Presidente, se há uma norma no Regimento e que foi aprovada por todos/as os/as Deputados/as Municipais, que diz que as Assembleias Municipais terminam às 00H30, neste caso, basta haver um Grupo Municipal que discorde e então temos que cumprir o Regimento, não é quando nos dá jeito Senhor Presidente, é que isso é subverter aquilo que é a democracia. É a mesma coisa se o Governo diz assim: na Constituição da República tem uma norma, mas nós vamos recorrer à Assembleia da República para fazer exatamente o contrário.

Portanto, Senhor Presidente, eu peço desculpa, e mais uma vez volto a dizer, o CDS acataria ficar se houvesse concordância de todos nesta Assembleia Municipal, ou vir cá novamente, até porque falta cerca de uma hora aproximadamente para discutir este ponto. Ainda não ouvimos a Câmara Municipal, não sei se a Câmara Municipal tem tempo ainda, mas isso será outra conversa. Agora aquilo que eu apelo, porque se não, Senhor Presidente, eu solicito que seja marcado com alguma urgência uma reunião de líderes, porque esta questão do Regimento tem que ficar decidido, se não o Regimento não serve para nada, fazemos como os ingleses."

7.3.3.7 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, é obvio que o Regimento serve e é obvio que o Regimento são as regras que nós aprovamos nesta Assembleia Municipal, por maioria, e rege o funcionamento desta Assembleia Municipal.

Aquilo que o Regimento diz, é que cabe à Mesa abrir e encerrar os trabalhos e existe outro ponto que fala na janela preferencial do funcionamento da Assembleia Municipal. A Mesa aquilo que entendeu, foi colocar a questão ao Plenário, e em função daquilo que são as opiniões do Plenário, existindo mais do que um partido a favor de encerrar a Sessão, até foi esse o entendimento que nós expressamos, aquilo que a Mesa não ignora, não pode ignorar em momento nenhum, é a vontade soberana do Plenário.



Portanto, a partir do momento em que seja apresentado um requerimento ao Plenário, o requerimento tem que ser votado Senhor Deputado Municipal, quer o Deputado Municipal representante do CDS queira, quer não, o documento tem que ser votado. É uma questão precisamente da democracia a funcionar.

Eu acho que nós devemos procurar uma solução que deixe todos confortáveis. Aquilo que estamos a fazer é tentar encontrar uma solução que seja de bom senso e não me parece que faça sentido nenhum, por causa de uma questão de minutos de um ponto onde não vamos votar nada, que se crie este incidente. Portanto, a Mesa até já tinha referido, que não temos problema nenhum em encerrar o debate, não sabemos quando é que podemos voltar a marcar, nós só voltamos a ter uma Sessão Ordinária em setembro, mas era importante fechar este debate.

Mas se este é um ponto que causa desconforto, a Mesa é da opinião que então devemos encerrar o debate e encerramos a discussão. Agora o que não faz sentido nenhum é nós criarmos aqui uma acrimónia relativamente a este ponto. Portanto, aquilo que eu peço é algum bom senso."

7.3.3.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu volto a dizer, o CDS não se importa de ficar cá para terminar este ponto, agora aquilo que o CDS entende é a forma como o Senhor Presidente interpreta a questão de a Mesa abre e encerra os trabalhos. Então quem é que devia abrir e encerrar os trabalhos? Penso que isso é retórica. Porque o Senhor Presidente está a fazer uma interpretação de a Mesa abre e encerra os trabalhos, claro que é a Mesa que abre e encerra os trabalhos, mas tendo em conta aquilo que são as normas, neste caso a hora de encerramento dos trabalhos. Portanto, é esta a interpretação que o CDS tem e penso que a maioria dos aqui presentes."

7.3.3.9 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu apenas lhe citei aquela que é a competência da Mesa. No entender da Mesa podemos encerrar os trabalhos se não existe a concordância para continuar. Agora aquilo que a Mesa não pode fazer em circunstância nenhuma, é ignorar a opinião da maioria do Plenário. Isso é que a Mesa não pode ignorar. Mas também me parece que não faz sentido criar um incidente por uma questão que não tem votação. Acho que era importante para o debate, era importante para os munícipes, e para o funcionamento da Assembleia Municipal, que nós encerrássemos a discussão. Mas como é obvio, a Mesa acatará aquilo que é a opinião da maioria do Plenário."

7.3.3.10 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu volto a referir que estamos há treze minutos a discutir isto.

No início desta Assembleia Municipal fui interrompida porque supostamente não tinha tempo regimental e um partido que tinha trinta segundos para gastar no período, já falou mais do que dois minutos e somente para criticar o funcionamento da Assembleia Municipal e a condução dos trabalhos do Senhor Presidente, que na opinião do Partido Socialista tem sido exemplar.

Portanto, isto é inadmissível, estamos há treze minutos aqui a fazer nada. Não estamos a construir nada, não estamos a debater nada, não estamos a trocar ideias. Almada não avança desta forma. O que aqui estamos a fazer é outra coisa, que todos nós já percebemos o que é que se está a tentar fazer. Todos nós. Mas todos nós, ou quase todos, temos vida para além disto, e quem não tem que a arranje, porque todos nós amanhã temos de nos levantar cedo e é com esforço que cá continuaríamos, e que cá iremos continuar. Mas, outros valores se levantam porque isto não é só à volta de cada um de nós, é à volta do coletivo, e a maioria é favorável que este ponto se encerre hoje e, portanto, Senhor Presidente, aquilo que eu apelo, é que ponha à votação o requerimento feito pelo Partido Socialista."

7.3.3.11 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Sendo essa a vontade do grupo de eleitos do Partido Socialista, o entendimento da Mesa é que não pode não colocar à votação esse requerimento, portanto vamos então votar o requerimento.

7.3.4 – Não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação do requerimento tendo sido aprovado por maioria com 29 votos favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integra, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 1 da eleita do PAN; 9 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

7.3.5 - A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria deixar uma nota, de facto, este ponto não é votado, mas é uma das poucas oportunidades que partidos como o CDS e o PAN, têm para colocar questões ao executivo uma vez que não temos pelouros, nem representação na Câmara Municipal, portanto continua a ser um ponto importante e a hora já é muito avançada, dificilmente alguém tomará atenção ou receberemos respostas, mas ficam as notas.

Nos últimos dias, o pouco tempo livre que tive passei-o a tentar ajudar três cadelas que estavam acorrentadas, sem água, comida ou sombra, apesar de terem um detentor e de quem sofriam alegadamente de maus tratos. Não fosse a boa vontade de alguns vizinhos a ajudar.

Soube ontem, que as mesmas foram recolhidas pelos serviços a quem naturalmente agradeço na pessoa do Senhor Vereador.

Ainda assim, não obstante termos conseguido ajudar estes animais, são dezenas, senão centenas que continuam a precisar de ajuda em Almada, isto acontece porque continuamos sem ter um plano que estabeleça as metas a curto, médio e longo prazo na questão animal. E acontece porque continuamos sem ter as mudanças estruturais e as respostas necessárias aos problemas há muito identificados.

Enquanto o Município não investir de forma séria e eficaz em mecanismos que permitam de forma célere dar uma resposta a cada caso tipificado, continuamos todos apenas a apagar fogos, enquanto podíamos estar a trabalhar para algo mais útil.

E quando falo em investir nem sequer estou a pedir ao executivo que retire verbas de outras áreas para esta, porque existem verbas disponibilizadas pelo Governo para a melhoria da área animal. Verbas estas que continuam por aproveitar.

Dito isto, volto a questionar o executivo acerca do estado do novo Centro de Bem-Estar Animal, do cheque veterinário, do regulamento dos cuidadores, das colónias, assim como o plano municipal para o desacorrentamento ou plano para as matilhas. Se estes mecanismos fossem já existentes, muitos dos problemas que encontramos hoje seriam minimizados.

Os animais de pessoas carenciadas não têm resposta, não há um banco solidário de ração, nem resposta a nível dos cuidados veterinários.

As cuidadoras e os cuidadores de colónias continuam a ter que lidar com as dificuldades de terem de alimentar animais de rua sem terem um regulamento que os proteja.

Os animais acorrentados continuam à espera que o seu dia de serem livres chegue, muitos deles morrem à espera desse dia.

Os prazos que o executivo tem para estes projetos não se coadunam com a realidade.

Projetos que não são assim tão complicados ou dispendiosos de executar. O que falta então?

Relativamente à proposta do PAN de criação de um Conselho de Bem-Estar Animal, o executivo remete para a existência de uma subcomissão de Proteção Civil denominada Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal, na proposta de evitar uma possível duplicação de órgãos, dando algum tempo para ver se esta cumpre o seu



propósito. Entendendo o princípio, questiono então, quando foi criada esta subcomissão, quantas vezes já reuniu, qual a periocidade com que reúne e quais os resultados já obtidos?

Para terminar relativamente às trotinetes, sabemos que é um período ainda experimental, mas começamos já a ver muitas trotinetes estacionadas nos passeios que impedem a circulação.

Mais do que um transporte de laser, entendemos que os meios de mobilidade suave devem ser entendidos com meios de transporte efetivos para que possam gradualmente e sempre que possível substituir o uso do automóvel."

7.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Perguntas muito objetivas.

Já foi trazido aqui anteriormente uma situação vivida no Bairro do Matadouro, relativamente a uma obra de habitação pública que está a decorrer, onde se encontram um conjunto de estaleiros junto a um prédio que fica situado na rua Vasco da Gama, neste preciso Bairro, e, portanto, esta situação já foi aqui trazida por um morador e a situação permanece até ao dia de hoje.

Outras questões também já aqui trazidas, em concreto na Freguesia do Laranjeiro, continua a insalubridade provocada pelos dejetos de pombos e não só, também alguns destes animais mortos no Largo Francisco Sanches, no Laranjeiro, portanto, este flagelo continua.

Depois questões muito concretas relativamente a equipamentos municipais, e refiro-me concretamente a três mercados, ao Mercado do Feijó, ao Mercado a Cova da Piedade e de Almada, pela existência de algumas lojas devolutas, sem qualquer utilização para o fim a que se destinam, problemas de acessibilidades, questões estruturais, infiltrações, WC com deficiências, fraca iluminação, o não funcionamento de torneiras nas bancas, mercados a necessitar de reabilitação urgente, pergunto se há previsão de obras para estes três espaços que mencionei.

Falou-se aqui já muito do que foi feito, ou mais grave é aquilo que não é feito, relativamente a equipamentos culturais e desportivos.

Refiro-me primeiramente, a um equipamento cultural tendo em conta que se prevê uma consolidação da escarpa na zona do Olho de Boi, tendo em conta que no sopé desta escarpa está o Museu Naval, pergunto o que pretende a Câmara Municipal fazer para salvaguardar o património que existe neste Museu e não é só um património museológico também se encontra muitas peças artísticas e, portanto, qual o plano para quando ocorrerem as obras, o que fazer a este património que tanto identifica a memória de Almada e a história naval.

Por fim refiro-me aos equipamentos desportivos e já aqui de certo modo foram levantadas algumas questões. Continuamos com as piscinas do Complexo Municipal dos Desportos da Cidade de Almada encerradas, as piscinas da Charneca de Caparica têm o mesmo caminho, não se vê vontade do Município de recuperar e reabilitar as piscinas de São Paulo em Almada, e soubemos agora, nesta semana, que o relvado da Pista Municipal Alberto Chaiça, está num estado lastimável, o que impossibilita a realização de um conjunto de treinos daquelas equipas e se dificulta os treinos, imaginemos nós, que em rigor não tem os requisitos para que competições desportivas destas modalidades, nomeadamente falamos do rugby.

Por último, referir que é lamentável que se comemorem 50 anos de uma Cidade, que tem muita mais história para trás destes 50 anos, mas que afirmou e que se consolidou com um trabalho feito pelo Poder Local Democrático, que se criou a seguir ao 25 de Abril. Portanto, é com alguma mágoa que vemos este património rico que vai para além daquilo que é um património físico, a ser degradado.

Senhora Presidente, diga-nos qual é o plano de investimentos que tem previsto para os próximos anos."

7.3.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito clara e responder de imediato à Senhora Deputada Municipal Rita Magalhães.



Tem razão, eu fiz uma coisa que raramente faço, que é confiar em notícias que li. Se se verificar serem falsas, retiro de imediato e peço antecipadamente desculpa. Confiei numa notícia, espero não ter sido enganada por uma notícia falsa e queria deixar claro.

Relativamente às celebrações, eu não vou comentar. Vou só pegar numa palavra da Senhora Deputada Municipal Amélia Pardal, diz que Cacilhas foi bonito porque estava lá o povo, mas esse povo que estava em Cacilhas desceu toda a Avenida até lá chegar. E eu desafio a CDU a encontrar um momento em que toda a história de Almada, toda ela, no seu conjunto desde a sua elevação até hoje, nestas comemorações, tenha sido omitida ou desprezada.

Quanto ao resto, eu volto a dizer, as celebrações da elevação de Almada, dos 50 anos e foi devidamente anunciado, e nós temos um lote e os Senhores deviam ouvir bem esse lote, porque se calhar era bom que também dessem o devido valor a todo esse reconhecimento. Nós costumamos dizer, 50 ano de Cidade, 50 anos de Liberdade, e eu acho que aí está claro e desmente todas as insinuações que aqui fizeram.

Só lamentamos de facto, é a ausência de muitos Deputados Municipais e Vereadores da CDU, muito deles. Isso é que nós lamentamos e de facto, não vos vimos ou vimos poucos em poucas iniciativas."

7.3.8 - O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma telegráfica, ao Senhor Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia Luís Palma, que perguntou sobre a Pista de Atletismo, dizer que, existiu um problema de contratação pública, a empresa que ganhou o concurso para manutenção dos relvados, no dia a seguir a ter assinado o contrato, disse que não o podia cumprir, isto pelas boas regras de contratação pública houve aqui um problema, já está resolvido, entrará uma empresa de urgência na próxima semana, mas isto também não impediu que fosse realizado na nossa Pista Municipal Alberto Chaiça, o evento, talvez o maior evento, dos últimos 25 anos, talvez o maior evento alguma vez realizado na Pista de Atletismo, há duas semanas atrás com o Nacional de Atletismo sub-18, que lá se desenrolou e que foi um grande evento naquela pista.

Respondendo também à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, às várias questões que colocou, eu não sei se tenho tempo para todas, mas como sabe, relativamente ao Plano de Desacorrentamento, temos um plano de comunicação e operação, vamos ter a partir de setembro, já se realizaram várias fiscalizações e ações pedagógicas no terreno, até ao final do verão será também operacionalizada a formação de voluntários.

Sobre o cheque veterinário contamos também ter brevemente, em reunião de Câmara, uma proposta, portanto, a proposta finalizada para apresentar em reunião de Câmara.

Relativamente a outra questão que tinha colocado, que é o Plano para as Matilhas, que está ligado à reunião da subcomissão de Proteção Animal, que reuniu uma vez, e só nessa reunião permitiu logo desencadear uma ação concertada com todas as forças de segurança, forças no terreno, ICNF e outras entidades, de uma ação de controlo de matilhas na zona das Terras da Costa, para controlar uma das matilhas mais problemáticas que é a matilha da zona das praias. Portanto, houve logo uma ação já com relatório feito que até posso fazer chegar à Senhora Deputada Municipal e, portanto, demonstra-se que só nesta primeira reunião desta subcomissão fizemos trabalho muito importante, pusemos várias forças a trabalhar em rede e estamos convictos de que esta subcomissão cumprirá o total âmbito daquilo que era a recomendação que saiu desta Assembleia Municipal de criação de um Conselho Municipal de Bem-Estar Animal, entendemos que, esta subcomissão cumpre na totalidade mas, veremos e estaremos cá a acompanhar este desenrolar."

7.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a este ponto e eu não vou ocupar ali o palanque porque quero ficar aqui em frente à Senhora Presidente de Câmara Municipal, porque me vou dirigir diretamente a ela.

A Atividade Municipal e também a Atividade dos SMAS, são cerca de duzentas e tal páginas de trabalho que se recomenda, mas eu quero aqui fazer sobressair algum trabalho que nos parece ser de dar relevância.



Constata-se que, a Câmara Municipal continua a investir na requalificação das AUGI, aparecem três AUGI no documento dos SMAS;

A transição digital de Almada que também já tive a oportunidade de falar sobre isso e que nos parece bastante importante;

O Parque Urbano da Charneca de Caparica, com projeto concluído e penso que, estará em execução rapidamente;

A obra da Avenida do Cristo Rei, em Almada.

Agora quero falar à Senhora Presidente da Câmara Municipal, de um processo que está em curso e que nos parece ser o mais importante de tudo isto, que é a transferência de competências para as Juntas de Freguesia. São cinco Juntas de Freguesia, este processo é um processo que tem as suas vicissitudes, mas eu quero recordar à Senhora Presidente, que podemos olhar para o exemplo que foi Lisboa, com o Presidente de Câmara o grande Presidente de Câmara, António Costa, hoje Primeiro Ministro de Portugal, e também nesse sentido um grande Primeiro Ministro, que fez um trabalho fantástico na transferência de competências sem precisar de diplomas. E em relação ao trabalho que esta Câmara Municipal está a fazer com esta cinco Juntas de Freguesia, o que se espera e que vai com certeza acontecer, é que vai ser uma transferência de competências pacifica e boa, para os munícipes. Isto porquê Senhora Presidente? Porque a Câmara Municipal no macro, as Juntas podem olhar no micro, as Juntas estão mais perto das pessoas, as Juntas sabem e gastam bem o dinheiro e podem também gerir bem todos os recursos humanos, os não humanos, os materiais, etc. E o que se espera Senhora Presidente, é que realmente se faça um trabalho fantástico e eu acredito que a Senhora Presidente o vai fazer.

Por último e porque não vou gastar os vinte minutos que o PS tem, porque não vos vou maçar muito, só queria por último, mesmo, falar-lhe e dar-lhe os parabéns, a si e a todas as pessoas que participaram e foram muitas que eu estive presente e vi, foram os 50 Anos da Cidade de Almada. Foi uma festa lindíssima, fantástica, num dia de calor, que é bom, era pior se fosse chuva, e realmente foi uma festa muito bonita, as cores e tudo o mais.

E já agora, dizer à Senhora Presidente, que também gostei muito de ver as ruínas romanas que tantos anos estiveram tapadas, e de repente viram a luz do dia de uma forma fantástica e com uma luminosidade incrível."

7.3.10 - O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria começar por saudar os 50 Anos da elevação da minha terra a Cidade e agradeço todo o esforço feito pela Câmara Municipal e a todas as entidades que foram envolvidas neste processo, porque foi um momento importante, foi um momento de coesão.

Nós sabemos que existem alguns partidos que ainda hoje têm uma visão que a cidade e o Concelho é propriedade deles. Mas não é, nem nunca foi, nem nunca vai ser. Portanto, os festejos da Cidade foram para quem quis estar presente, se foram bons, se foram maus, eu acho que foram bons, mas não podemos estar aqui a criticar esta festa, quando nela não quiseram participar, que é o costume, aquela superioridade moral que nós já conhecemos.

E agora voltando aqui a superioridade moral, falar sobre os populismos, os populares e os mendigos de votos. E há pouco veio aqui o Senhor Presidente de Junta, meu colega do Laranjeiro, falar e há pouco o Senhor Deputado Municipal João Geraldes, a Senhora Deputada Municipal da CDU, Rita Magalhães, vieram aqui fazer algumas ameaças, que a iam pôr em Tribunal, que iam tratar dos assuntos em alguns sítios. Nós sabemos muito bem que hoje os problemas que existem na Cidade e a Senhora e eu sabemos, às vezes não sabemos tudo, nós também cometemos erros, às vezes nem tudo corre bem, e temos que ser humildes em reconhecer que nem tudo corre bem, mas não podemos ter é a política do abutre, que só ataca carne putrificada, mas nem é o caso aqui, aqui é a política da hiena, que ainda é pior, é um animal mais sujo ainda.

E queria dizer aqui que as ameaças feitas aqui à Senhora Presidente da Câmara Municipal, na possibilidade de a Senhora não dizer a verdade, ou estar aqui a criticar o Partido Comunista, ou a anterior gestão, vou dar aqui em primeira mão e vou dizer isto e o meu colega do Laranjeiro falava aqui das Piscinas de São Paulo Eu quero trazer aqui as Piscinas de São Paulo porque eu acho que isto é muito importante, porque em 2013, a Câmara Municipal



de Almada, está aqui o antigo Presidente, recomprou as piscinas e tenho o dossier lá casa, eu e dois ou três advogados, porque já andamos a trabalhar nisto há algum tempo, e vamos dar seguimento, um conjunto de cidadãos, vamos dar seguimento a isto judicialmente. E vou explicar porquê. Em 2013, a Câmara Municipal de Almada comprou as piscinas à Academia Almadense para salvar a Academia, porque a Academia tinha um conjunto de dívidas à Segurança Social, aos trabalhadores, e a uma pessoa que morreu, que caiu lá de cima, e a Câmara Municipal de Almada na altura, trouxe à Assembleia Municipal a recompra das antigas piscinas que no meu entender e de muita gente, já eram municipais. Eu não sei como é que uma Câmara Municipal compra património que é dela, não sei como. Mas isto, independentemente, já sabemos onde há um advogado ou dois juristas há cinco opiniões, cada um tem a sua opinião. Mas o mais grave disto, é que este senhor que foi Presidente da Câmara Municipal e este senhor que está aqui Vereador António Matos, não cumpriram a sua função como autarcas. Deixaram roubar e pilhar património público e municipal. E eu vou lhe dizer uma coisa Senhora Presidente, se eu estivesse aí sentado desde 2017, muito provavelmente estes senhores não estavam aqui sentados hoje, porque a primeira coisa que eu fazia, era entregar no Ministério Público que eles não cumpriram aquilo que era a sua missão. Não cumpriram a sua missão. Este senhor que está aqui e o Presidente que tinham essa responsabilidade, e eu tenho ali fotografias no dossier, em 2015-2016, que as piscinas foram pilhadas e tinham o dever de zelar e agora vem aqui o Senhor Presidente de Junta do Laranjeiro, a perguntar à Senhora Presidente quando é que as piscinas estão prontas. Quando é que são reabilitadas.

O antigo Presidente da Câmara e o Vereador Matos e têm a obrigação de o pagar até ao último cêntimo, têm a obrigação de pagar as piscinas que foram pilhadas, roubadas e que estavam na responsabilidade da Câmara Municipal até ao último cêntimo. Estes senhores delapidaram o erário público, e têm que o pagar. E já o deviam ter pago.

E há outra questão importante que foi aqui falada também. Veio aqui a senhora dizer que o Partido Comunista não deve a ninguém. Se tivesse ido a Junta da Sobreda em 2011, onde os trabalhadores se reformaram e os descontos não estavam lá, que era gestão da CDU e do Partido Comunista se calhar já sabia, se calhar já sabia. E digo-lhe uma coisa, quando a senhora vem aqui dizer que a toponímia em Almada, nós em Almada temos uma toponímia de nomes repetidos em cada Freguesia, duas vezes, três vezes, não havia mais nomes e muitas até têm a foice e o martelo, é uma coisa inédita em Portugal também.

E vou dizer uma coisa, nós somos socialistas, sabe porquê? Nós somos socialistas como o Olof Palme, Willy Brandt e François Mitterrand, não somos socialistas das botas e do arame farpado, isso não somos.

Senhora Presidente, continue a trabalhar, nós não acertamos sempre e não sabemos tudo, por vezes temos dificuldades, podemos reconhecer que erramos ou não sabemos tudo. Mas continue a fazer o seu trabalho, que está a fazer bem em muitas áreas, outras menos bem também, isso acontece a todos os autarcas, continue a fazer o seu trabalho, que eu tenho a certeza que nas próximas eleições as coisas vão voltar a correr bem."

7.3.11 - A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu começo por informar que o tempo que me restar desta intervenção que o cedo à Câmara Municipal, nomeadamente, ao Vereador Nuno Matias para responder a questões levantadas.

Eu começo por lamentar profundamente, que esteja já a falar à 01H12 da manhã, depois de ter sido votado um requerimento, ou melhor uma interpretação de requerimento, que contraria o espirito do Regimento desta Assembleia Municipal, eu gosto desta noção de respeito dos trabalhadores estar acima de tudo, mas é só quando interessa, porque nós temos as senhoras tradutoras de língua gestual a trabalhar há mais de quatro horas e temos os técnicos responsáveis por esta transmissão em direto a não tirarem os olhos do ecrã há mais de quatro horas, e isso, pelos vistos não é respeitar os trabalhadores.

E esta Assembleia Municipal avançou porque nós íamos respeitar o bom senso, e o bom senso foi falar de ruínas romanas, interromper Deputados, indo para além do tempo, é o mesmo bom senso que me faz começar precisamente a minha intervenção à 01H13 da manhã.



Sobre o tema que me traz aqui é um tema que de facto é tão pouco original que já foi falado hoje, eu acho que não me lembro de nenhuma Assembleia Municipal em que este tema não tenha sido tratado, e este tema é o tema da manutenção dos equipamentos desportivos do Concelho.

O motivo de ser naturalmente, sempre um tema, é porque nós esperamos que a qualidade, a salubridade, e até mesmo o conforto, na utilização destes equipamentos seja uma prioridade do executivo, sobretudo até porque, Almada é reconhecida internacionalmente como uma Cidade do Desporto. E eu queria deixar aqui alguns exemplos de problemas de manutenção.

A Nave do Complexo Municipal do Feijó esteve fechada durante meses, houve problemas de canalização, o piso levantou e centenas de desportistas tiveram de ir para outro lado fazer a sua atividade durante esse período;

O Pavilhão da Costa da Caparica, está para sofrer arranjos no telhado há pelo menos um ano, demorou tanto tempo que choveu lá dentro e o chão levantou, tem farpas por todo o lado;

O Pavilhão Municipal da Charneca de Caparica, tem sofrido com inundações, o piso apresenta farpas nas zonas da nave que foram mais afetadas;

Posso também falar dos balneários da Escola Daniel Sampaio, que durante meses não tiveram os duches a funcionar, mas essencial eu queria guardar o meu tempo de intervenção para o que eu considero a joia da coroa dos atrasos das obras municipais, que é, as piscinas da Charneca de Caparica.

Nós andamos basicamente a bater com o nariz na porta do edifício e a bater com o nariz na atividade municipal, há praticamente três anos. E eu fui ao documento Atividade Municipal, e encontrei o seguinte: "Contrato de aquisição de serviços de fiscalização, controlo, planeamento e coordenação de segurança, para a empreitada da obra pública de reabilitação das piscinas da Charneca de Caparica". Isto ao fim de quase de três anos, entre abril e maio de 2023 ainda estávamos neste pé.

Também entre abril e maio a empreitada teve início ainda com estimativas de preço para coisas que me parecem tão essenciais como materiais e acessórios para balneários e casas de banho. Entre abril e maio iniciou-se e passo a citar: "Desenvolvimento de vários procedimentos inerentes à reabertura da piscina municipal". Isto dá a ideia de que a coisa já está a andar, o problema é que no Relatório da Atividade Municipal de Dezembro de 2022, janeiro de 2023, isto só para dar um exemplo, já aparecia "Contrato de aquisição de acessórios e consumíveis, canalização para os balneários e WC". E se nós quisermos ir ao baú dos deferimentos, o Relatório da Atividade Municipal de setembro a novembro de 2022, já continha e passo a citar: "Empreitada de reabilitação da piscina Municipal da Charneca de Caparica". Portanto, algo claramente não está bem, com as infraestruturas e obras municipais da Câmara Municipal e com o andamento dos seus procedimentos.

O PSD relembra que é em muitos destes espaços desportivos que decorrem aulas de educação física dos alunos do nosso Concelho, esta incapacidade de planear e executar obras acaba por extravasar e condicionar outras áreas de trabalho que são fundamentais, nomeadamente, o desporto e a educação.

Eu disse no início que, de facto, este tema não era original e que a minha intervenção eventualmente não seria original e infelizmente, eu aposto que a resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal também não será muito original, de qualquer das formas, se tiver a oportunidade eu deixo-lhe o desafio. Porque sempre que este tema é levantado, de facto, a culpa é passada para a CDU, pelo estado dos equipamentos deixado em 2017, o que em parte é verdade, construiu-se, mas, o plano de manutenção foi bola, zero. O problema é que, utilizar a mesma justificação por seis anos seguidos, já não chega e que nem resolvem os problemas das obras penduradas, nem apresentam uma razão minimamente estruturada desta casa. Quase seis anos depois, nem a culpa é do anterior executivo, nem da pandemia, a pandemia é desculpa para todos os males neste país, a responsabilidade é na verdade de quem deveria ter um plano de manutenção dos equipamentos municipais ou que tendo, não o cumpre.

O PSD considera que é urgente que se comece a agir para resolver um problema que se vem arrastando de ano para ano, de mandato para mandato, e ao mesmo tempo que devem agir, importa também incluir no Relatório da Atividade Municipal, o que correu mal e quais são os procedimentos que não aconteceram para chegarmos a esta situação. Porque as responsabilidades não são externas e têm de ser assumidas uma vez por todas.



Eu termino informando que o PSD irá apresentar um requerimento a solicitar o plano de manutenção das infraestruturas dos equipamentos desportivos e solicitar posteriormente, o esclarecimento por escrito sobre a situação das obras da Piscina Municipal da Charneca de Caparica."

7.3.12 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só de forma muito breve, dizer que, eu definitivamente não tenho tempo para responder a todas as questões, portanto, terei todo o gosto em responder por escrito a todas as questões.

O projeto das piscinas de São Paulo, é tornarem-se um equipamento de referência dentro daquela rede que irá do Almaraz até ao Cristo Rei. Essa é a estratégia, o objetivo político, já o disse e repito. Como estava em causa uma coleção nacional, e que, entretanto, tudo mudou, temos que confirmar se é isso, ou então, se passamos para o plano alternativo."

7.3.13 - O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos SMAS, não sei o que poderei dizer mais, os SMAS não vão ser privatizados, não há nenhum plano em curso, não existe nenhum poder maquiavélico que planeia a privatização dos SMAS. A ideia é precisamente o contrário, o reforço da atividade dos SMAS. Os anos 2022, 2023, o investimento já andará à volta dos 7.000.000.00€ (sete milhões de euros), está planeado, um reforço e uma aceleração de todo o investimento na rede, prevemos lançar ainda durante este ano, novos concursos de valores superiores a 2.000.000.00€ (dois milhões de euros).

Para concluir, também não existe nenhuma visão economicista na gestão dos SMAS, senão também não teríamos dado os apoios sociais que demos, através da tarifa social da água, que até à data já superam o valor de 1.000.000.00€ (um milhão de euros)."

7.3.14 - O Senhor Vereador Nuno Matias:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Duas notas muito rápidas em relação áquilo que foi transmitido pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco sobre os jardins e os parques.

Dar nota de que está a haver duas preocupações que num caso, fruto do contexto da gestão da água, leva a que os sistemas de rega sejam mais parcimoniosos e por vezes efetivamente, há aqui uma gestão ténue e limite para tentar evitar que no consumo da água excessivo, ou para evitar esse consumo da água excessivo, se faça aqui uma gestão um bocadinho mais racional destes momentos, com uma nuance; nós temos efetivamente alguns parques que têm alguma utilização indevida, em alguns períodos do dia e este parque que sinalizou é um deles, também ao longo do ano tem algumas utilizações que deviam ser um pouco repensadas, mas que leva a que o próprio relvado e a sua capacidade de resistência, não seja a mais eficaz e com esta gestão da água mais parcimoniosa, leva a que por vezes não esteja com o brilho que nós gostaríamos, mas eu quero destacar o esforço que está a ser feito pelos serviços para que os parques sejam exemplares apesar destes constrangimentos onde também queremos tentar encontrar novas soluções para usar outro tipo de recursos, para que por exemplo, as regas possam ser feitas se calhar, com águas que possam vir das ETAR e não da águas ditas correntes que nós usamos nas nossas casas.

Em relação áquilo que o Senhor Deputado Municipal Luís Palma transmitiu, sobre os mercados.

Dar-lhe nota de que, nós estamos com um grande plano de intervenção em mercados, neste momento está a ser ultimado duas propostas para irem a reunião de Câmara, para a realização de concursos de reabilitação totais, para Almada e a Costa da Caparica, nomeadamente, um concurso de ideias à semelhança do que foi feito no edifico da EDP, mas temos também em paralelo um conjunto de intervenções que estão a ser feitas regulares, o exemplo foi, ainda há pouco tempo se falou na questão da Costa da Caparica, colocaram-se portas automáticas. Na questão especifica por exemplo, no Feijó, há um conjunto de intervenções que estão a ser planeadas, mas há aqui uma questão que tem a ver com uma reabilitação mais profunda que poderá vir a ser



feita, até no âmbito de haver uma grande superfície que está restrita ao espaço, e que, portanto, poderá resultar numa única intervenção mais profunda. Mas há efetivamente, necessidades que estão a ser identificadas no âmbito de um plano corrente de intervenção nos mercados e posso lhe dar outros exemplos, na Cova da Piedade colocamos ao fim de muitos anos a funcionar o elevador, no caso do Mercado da Trafaria, está neste momento a ser planeado a instalação também de um elevador para o primeiro piso, bem como iluminação nova quer na Trafaria, quer no Monte de Caparica, bem como no Monte também, fazer soluções de portas automáticas para evitar o desagrado térmico que aquele espaço tem e que todos nós testemunhamos quando lá vamos.

Portanto, sem prejuízo de saber que há algumas melhorias que têm que ser feitas, temos um plano estrutural por um lado, e temos intervenções programadas que estão a ser desenvolvidas e no caso do Feijó, temos feito muita interação até com os comerciantes para procurar identificar aquilo que possa ser já feito entretanto, enquanto não se define qual é que é a solução estrutural que entretanto está ser também já planeada."

- 8 A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Fórum Romeu Correia pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.
- 9 Deu-se por concluída a agenda da Sessão Ordinária referente ao mês junho pelas 01H30.
- 10 Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Pacheco (PS), Francisca Parreira (PS), Nuno Matias (PSD), Maria das Dores Meira (CDU), António Matos (CDU), Tiago David Galveia (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).
- 11 Foi verificada a presença de cerca de cinquenta e um munícipes. A sessão foi transmita em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.
- 12 Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2º SECRETÁRIA